

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**FABIANO JOSÉ LOPES ALVES**

**O ProSAVANA e o desenvolvimento contraditório da agricultura em Moçambique**

São Paulo

2016

FABIANO JOSÉ LOPES ALVES

**O ProSAVANA e o desenvolvimento contraditório da agricultura em Moçambique**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da  
Universidade de São Paulo como requisito final à  
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**Orientação:** Prof. Dr. Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo – 2016

FABIANO JOSÉ LOPES ALVES

**O ProSAVANA e o desenvolvimento contraditório da agricultura em Moçambique**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da  
Universidade de São Paulo como requisito final à  
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**Orientação:** Prof. Dr. Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo – 2016

Banca Examinadora

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a minha família que sempre me acompanhou em todos os desafios da minha vida. Agradeço à minha mãe Maria do Carmo e à minha irmã Ana Rita. Ao meu pai José João para quem, além do agradecimento, faço desse trabalho uma dedicação póstuma, pois ele faleceu durante o processo de escrita, em agosto de 2015. Agradeço a minha namorada Luana, pessoa que se manteve ao meu lado nos duros e difíceis dias de produção desse trabalho.

Um agradecimento também muito especial a Victória e Viviane, pessoas com quem fui a Moçambique e que me acompanharam nos quatro meses que lá estive. As duas se juntaram a Giorgio Sammito e formaram o meu alicerce durante minha estadia no país, além de dividirem comigo suas análises e observações de Moçambique, um país de incrível paisagem e de um povo fascinante. Tenho pelos três um grande carinho e sou a eles muito grato!

Aos muitos moçambicanos que conheci em Moçambique, que compartilharam comigo informações e histórias e possibilitaram que eu construísse uma interpretação do seu país. Relembro aqui os professores Inês Raimundo e Claudio Mungói (Universidade Eduardo Mondlane), o pesquisador Antônio Jhone (Observatório do Meio Rural), os colegas Clóvis Macuacua (Maputo) e Mistéria Eusébio Vilanculos, Abel Lucas (Lichinga), Celso Mutadiua (EMBRAPA – IIAM/ Lichinga), Pedro Carvalho e Antonio Muagerene (AKIZILETHO – Nampula). Relembro também de alguns brasileiros que vivem em Moçambique e que contribuíram com esse trabalho: José Bellini e Cesar Miranda (EMBRAPA). Um agradecimento muito especial a Flavio Schimidt, que me acolheu na Escola Técnica de Carapira, administrada pelos Leigos Missionários Combonianos e compartilhou comigo muitas de suas experiências em Moçambique. À Patrícia e Felipe, sempre uma grande companhia. A Lisa Josefsson que me deu muitas dicas sobre o país. Um abraço carinhoso à querida Francine van den Brandeler, que foi companheira tanto no trabalho quanto no dia a dia em Moçambique.

Finalizo com um agradecimento “pra lá de especial” a minha orientadora prof. Marta, pessoa fundamental tanto para que minha viagem a Moçambique acontecesse quanto na evolução do meu pensamento crítico. A Prof. Marta, com sua sensibilidade e seu conhecimento acadêmico, me deu condições para que eu fizesse o trabalho de campo e concluísse esse trabalho de graduação individual (TGI).

## **RESUMO**

Com o fim da guerra civil e a inserção na economia de mercado no início dos anos 1990, Moçambique inicia um novo padrão de desenvolvimento para o seu setor rural e para os seus camponeses. Sob uma legislação que mantinha a posse de terra com o Estado, a atividade agrícola camponesa se vê lançada na agricultura comercial, algo novo frente ao modelo socialista que vigorara desde a independência. Cerca de 20 anos depois do início dessas mudanças, o Corredor de Nacala recebe o ProSAVANA, um projeto que sintetiza muitos processos políticos e econômicos que estão a expandir as relações capitalistas no campo moçambicano. O ProSAVANA representa o novo modelo de investimentos e desenvolvimento econômico que tem se expandido no campo de Moçambique, com ativa participação do Estado moçambicano e de governos estrangeiros. Quanto aos camponeses, esses são submetidos a reassentamentos e novas relações de trabalho, o que leva à sua recriação em novas bases, com mudanças na forma como se relacionam com a terra. Este trabalho se baseou em levantamento e análise de material bibliográfico, além da realização de entrevistas e trabalho de campo na área pesquisada.

**Palavras-chave:** ProSAVANA, camponeses, Corredor de Nacala, desenvolvimento desigual e combinado, agricultura de fomento

## **ProSAVANA and the contradictory development in the Mozambique's agriculture**

### **ABSTRACT**

With the end of the civil war and its insertion into the market economy at the beginning of the 1990s, Mozambique has begun a new pattern of development for its rural sector and for its peasants. Under a legislation that maintained possession of land with the Mozambique State, the farming activity is launched in the commercial agricultural field. It has shown a new scenario due to the socialist economic model that has been in operation since its independency. Approximately 20 years after some changes, the Nacala Corridor received the ProSAVANA Program, a Project that summarizes many economics and politics process that are expanding capitalists relations in the rural area in Mozambique. The ProSAVANA represents the new model of the investments and economic development that has been expanded in the Mozambique's rural area, with de participation of Moçambique State and foreign governments. And regarding to the peasants, they are submitted to resettlements and new relationships of the labor, and that leads to the recreation in new basis, with changes in the relationship with the land. This paper is based in analysis of the bibliographic material, more interviews and field work in the researched area.

**Key-words:** ProSAVANA, peasants, Nacala Corridor, unequal and combined development, contract farming

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vila no distrito de Ribaué. ....	30
Figura 2: Aeroporto de Nacala. ....	32
Figura 3: Campo experimental da EMBRAPA na sede do IIAM da cidade de Lichinga.	46
Figura 4: Machambas cultivadas ao lado da estrada de ferro Cuamba-Nampula, no distrito de Malema. ....	59
Figura 5: Venda de legumes e hortaliças nas ruas da cidade de Nampula. ....	62

## **LISTA DE SIGLAS**

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte

CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Agricultura

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Econômicos

IIAM – Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística

JBPP – Programa de Parceria Brasil Japão

JICA – Japan International Cooperation Agency

JIRCAS – Japan International Research Center for Agricultural Science

MINAG – Ministério da Agricultura de Moçambique

MOZIL – Binational Company Mozambique Brazil

OMR – Observatório do Meio Rural



PEDEC – Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala

PEDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário

PNISA – Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário

PD – ProSAVANA Plano Diretor (Master Plan)

PEM – ProSAVANA Extensão e Modelos

PI – ProSAVANA Investigação

PPOSC – Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil - Nampula

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

ProSAVANA – Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique

ROADS – Rede das Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Niassa

SADC – Southern African Development Community

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNAC – União Nacional dos Camponeses

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
O TRABALHO DE CAMPO	13
O ProSAVANA	17
REFERENCIAL TEÓRICO	18
CAPÍTULO I - A DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO CORREDOR DE NACALA	24
1.1 - O PROSAVANA E OS GRANDES PROJETOS DO CORREDOR DE NACALA	24
1.2 - A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO CORREDOR DE NACALA	33
1.3 - UMA DINÂMICA IMPERIALISTA E ANCORADA NO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	37
CAPÍTULO II - OS CONFLITOS EM TORNO DO PROSAVANA	44
2.1 - A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	45
2.2 - OS DESCAMINHOS DO PLANO DIRETOR	51
CAPÍTULO III - OS PROCESSOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE	58
3.1 - A AGRICULTURA NO CORREDOR DE NACALA	58
3.2 - OS PROCESSOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE	63
3.3 - O PROSAVANA E OS PROCESSOS DE FOMENTO	66
CAPÍTULO IV - A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO E A REPRODUÇÃO DOS PROCESSOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE	72
4.1 - A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO: O CAMPONÊS PRODUTOR DE MERCADORIAS	72
4.2 - HETEROGENEIDADE DOS CAMPONESES DO FOMENTO	76
4.3 - A REPRODUÇÃO DOS PROCESSOS DE FOMENTO	78
4.4 - A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NOS PROCESSOS DE FOMENTO	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXOS	91

## INTRODUÇÃO

No ano de 1975, Moçambique se torna independente de Portugal, após anos de luta por sua libertação. Como tantas outras lutas na África, essa teve sua essência na conquista da autonomia e no fim do jugo colonialista. A partir desse fato histórico para os povos que habitavam o Estado de Moçambique recém-criado, segue-se uma sucessão de eventos que mostraram a vontade do povo moçambicano de construir as condições de sua reprodução social em novas bases, como foi a implantação do regime socialista no país. Mas esse projeto de nação moçambicana sofreu duros golpes, o maior deles a guerra civil, com suas complexas motivações geopolíticas e econômicas.

Os anos de guerra civil foram coincidentes com o regime socialista e com o alinhamento de Moçambique à antiga União Soviética. Após a conquista da independência, a ordem mundial vigente se pautava pela guerra fria e isso exigia o alinhamento dos países a algum dos dois blocos hegemônicos. A escolha do socialismo por Moçambique recém liberto do domínio português tem suas explicações em diversos fatores, como uma repulsa histórica ao bloco ocidental, do qual fazia parte o antigo colonizador, e a presença no ideário da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) do desejo de construção de um Estado voltado ao povo moçambicano. As trajetórias históricas do período colonial e do movimento de libertação contribuíram para a escolha do socialismo pela República de Moçambique após a independência em 1975.

No início dos anos 1990, uma série de acontecimentos selou o fim da guerra civil e do regime socialista, colocando o país em uma situação de relativa estabilidade política, com multipartidarismo e eleições diretas para presidente. Uma nova ordem mundial se estabelecia, com o desmantelamento do bloco soviético e a adesão de países até então socialistas às práticas de livre mercado e às orientações neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Moçambique segue esse caminho, que parecia ser o único no seu horizonte naquele momento: no plano global, a onda neoliberal invadia os países capitalistas e dava os novos rumos para os países que abandonavam o bloco socialista; internamente, o quadro de pobreza extrema e devastação causada pela guerra e por desastres naturais demandavam recursos internacionais oferecidos mediante adesão às determinações dos organismos multilaterais. Diferente da escolha pelo socialismo no pós-independência,

neste momento Moçambique passa a se ver acuado e jogado numa rede mundial de países capitalistas que praticam o livre fluxo de mercadorias e capitais e seguem fielmente às orientações econômicas dos países centrais.

Com a adesão às práticas de livre mercado, que incluíram venda de empresas e fim do planejamento estatal, o governo de Moçambique reduz sua atuação na atividade econômica, principalmente na agricultura. Com o alinhamento às diretrizes de caráter neoliberal, o país submete as contas nacionais ao controle das agências multilaterais e dos governos dos países centrais do capitalismo mundial em troca de preciosos repasses de recursos financeiros. Começam a ser criadas as condições internas para a atuação de empresas e investidores internacionais no país.

A criação dessas condições se ampara no discurso do desenvolvimento econômico para superar a pobreza que atinge a população moçambicana, que vive predominantemente no campo. Nesse discurso, promovido pelas agências multilaterais de financiamento, a pobreza é mensurada através de vários indicadores: o analfabetismo alto, a falta de saneamento básico e energia elétrica, a renda abaixo dos US\$ 100 por ano ou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique. Segundo essas agências, as tradicionais práticas de reprodução do campesinato moçambicano, onde se verifica pequena produção de excedentes comercializáveis e baixa produtividade agrícola, são associadas à pobreza. Apesar das contradições inerentes ao desenvolvimento econômico e das diferentes abordagens do conceito de pobreza, a atual condição social e econômica da população rural de Moçambique é utilizada como justificativa para a atração de empresas ao país.

Dentro desse quadro interno marcado principalmente pelos baixos indicadores sociais, pela incapacidade do Estado em promover políticas agrícolas e pela vigência de um sistema de livre mercado, é lançado em Moçambique o ProSAVANA. O programa se refere a uma cooperação técnica entre Brasil e Japão para melhorar a pesquisa agrícola moçambicana e para expandir a produção agrícola no Corredor de Nacala, região localizada no norte do país. O discurso adotado pelo Programa prega a ajuda internacional para conter a falta interna de alimentos e para melhorar as práticas de baixa produtividade dos camponeses da região.

Mas o Programa se revela como uma iniciativa que vai muito além das suas características de cooperação técnica, solidariedade entre países e transferência de tecnologia agrícola. Muitas controvérsias emergem em torno dos impactos do Programa como as ameaças às populações

camponesas de usurpação de terras e exploração de sua mão de obra num ambiente de baixíssimos salários. Além disso, gera contestação ao Programa o seu vínculo com interesses alheios aos dos camponeses e de benefícios duvidosos ao país, como a exportação de commodities agrícolas e a abertura de possibilidades para a atuação de investidores estrangeiros na agricultura.

Assim, essa pesquisa lança um duplo olhar para o ProSAVANA. Primeiro, se propõe a analisar a dinâmica econômica e política que criou as condições para o surgimento do Programa. Interesses de investidores e de Estados, principalmente o Estado brasileiro, são responsáveis pelo movimento que vai resultar não só no ProSAVANA mas também em outros grandes projetos no Corredor de Nacala. Um segundo olhar procurou apreender a inserção do ProSAVANA na dinâmica agrária moçambicana. A partir desse olhar ficaram evidentes as ameaças do Programa às tradicionais formas de reprodução do campesinato da região e o uso pelo ProSAVANA dos processos de fomento hoje existentes no campo do país<sup>1</sup>.

A percepção e análise do ProSAVANA aqui apresentados são resultados de uma pesquisa de campo realizada entre janeiro e maio de 2014 em Moçambique e custeada com Bolsa Empreendedorismo concedida pela Agência USP de Inovação. Entrevistas realizadas com atores envolvidos com o Programa, como agentes do governo, representantes da sociedade civil e dos camponeses, empresas e acadêmicos, foram complementadas com a coleta de informações sobre a realidade agrária do Corredor de Nacala. Informações essas obtidas em documentos e material bibliográfico em geral reunidos a partir da pesquisa em sites, universidades moçambicanas, ONG's e agências do governo.

Tentaremos ao longo desse trabalho trazer resposta para três questões: (1) quais os interesses e motivações do ProSAVANA que estão além da cooperação técnica e solidariedade? (2) quais as interações que o Programa estabelece com a população camponesa da região e com seus tradicionais modos de reprodução econômica e social? (3) quais os conflitos reais causados pelo ProSAVANA na sociedade moçambicana?

---

<sup>1</sup>A agricultura de fomento é caracterizada pela subordinação camponesa aos circuitos de processamento e comercialização da produção agrícola, por meio de acordos previamente estabelecidos entre o produtor agrícola e os compradores de sua produção. Uma prática recorrente no país que é incentivada pelo ProSAVANA. Esses processos, suas contradições e os termos de sua reprodução serão abordados nos capítulos III e IV deste trabalho.

As questões foram formuladas a partir do conhecimento da complexidade que cerca o processo de reprodução ampliada do capital em Moçambique. A exploração de recursos naturais é vista como o alicerce desse processo, que vai se manifestar em Moçambique em contradição com as condições atuais de reprodução dos camponeses.

A proposta inicial foi dar um entendimento ao fenômeno observado do ProSAVANA em campo e a outros associados a ele sob a luz de autores e conceitos da geografia agrária. Assim, devemos olhar a fundo para o ProSAVANA para entender os mecanismos que levaram ao seu lançamento e os interesses de seus atores. Isso nos levará a entender, a partir de um olhar crítico, a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no país e suas contradições intrínsecas.

## **O TRABALHO DE CAMPO**

A pesquisa desenvolvida compreendeu um trabalho de campo realizado em Moçambique no período de Janeiro a Maio de 2014. Neste trabalho de campo foram realizadas 30 entrevistas e coleta de documentos, além de inúmeras conversas informais com moçambicanos, em Maputo e no Corredor de Nacala. O objetivo foi observar o ProSAVANA nas suas etapas de planejamento e execução bem como compreender a dinâmica agrária na qual o Programa se inseria.

As entrevistas realizadas foram do tipo semi-estruturadas aplicadas, a partir de um roteiro de questões que variavam dependendo do entrevistado. O ponto comum nas entrevistas foi dado pelas hipóteses que norteiam a pesquisa, como a de ameaça de usurpação de terras pelo ProSAVANA e da presença de interesses privados e/ou estrangeiros no projeto.

O trabalho de campo e as entrevistas realizadas trouxeram a tona para esta pesquisa conflitos e percepções da sociedade moçambicana em relação ao ProSAVANA. Foram realizadas visitas aos campos experimentais conduzidos pela EMBRAPA e entrevistas com diferentes atores: a equipe envolvida diretamente com a execução do Programa, pessoas do governo moçambicano, representantes de entidades da sociedade civil e acadêmicos. Foi possível acompanhar as ações do Programa já implementadas e aquelas que estão em planejamento.

Ao olhar para o Programa em campo e ao entrevistar diversos atores envolvidos com o ProSAVANA se conheceu melhor a realidade da agricultura da região e os pontos de conflito em torno do Programa.

O trabalho de campo, ainda que seja uma etapa da pesquisa posterior ao projeto, teve também o efeito de abrir novas questões para a pesquisa que não constavam inicialmente no projeto. Assim, o trabalho de campo não só ajuda a responder as questões de pesquisa já formuladas como também evidencia novas questões que se lançam aos olhos do pesquisador. O trabalho de campo em Moçambique no âmbito dessa pesquisa apresentou também esse efeito, o de contribuir para o processo de aprimoramento das questões de pesquisa.

A primeira fase do trabalho compreendeu o contato com entidades da sociedade civil e de órgãos planejadores e executores do Programa na capital do país, Maputo (ver anexo 1). O período de três meses em Maputo possibilitou conhecer aspectos do abastecimento de alimentos na maior cidade do país. Foi possível observar alguns mercados populares, como o Mercado do Povo e o Mercado do Peixe, e um grande número de vendedores nas ruas, meios pelo quais o abastecimento de frutas, legumes, verduras e carnes (principalmente frango e peixes) é garantido para grande parte da população da cidade. Foi possível também conhecer, nas viagens de trem realizadas até Marracuene, o cinturão verde que abastece Maputo com hortaliças. Maputo concentra os principais órgãos governamentais e departamentos integrantes do governo central que concentram o planejamento e execução de políticas públicas. As várias visitas e entrevistas realizadas na sede do Instituto Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e no Ministério da Agricultura (MINAG) foram contatos enriquecedores para esse trabalho. As conversas informais e entrevistas com pessoas envolvidas com o ProSAVANA em Maputo foram fundamentais para essa pesquisa. Dentre as várias pessoas contactadas, damos destaque para: Jeremias Vujanhe e Vicente Cristiano, ambos da União Nacional dos Camponeses (UNAC), Calixto Bias (principal representante do Governo de Moçambique no ProSAVANA), Vanessa Cabanelas (Justiça Ambiental), Jose Bellini (EMBRAPA) e Cláudio Mungói (professor do curso de geografia da Universidade Eduardo Mondlane).

A segunda fase do trabalho foi uma viagem a campo na região do Corredor de Nacala, no norte do país, local onde está sendo implementado o ProSAVANA. Compreendeu uma viagem de Sanga, no Lago Niassa, até Nacala, totalizando 887 km por via terrestre. Nesta viagem de 18 dias foram realizadas entrevistas com diversas entidades ligadas ao

ProSAVANA e pessoas conhecedoras de particularidades da agricultura<sup>2</sup>. Também foi feito um extenso registro fotográfico da paisagem e de aspectos sócio-culturais da região do Corredor de Nacala.

Essa viagem ao Corredor de Nacala se inicia com a chegada ao Lago Niassa e o envolvimento com as particularidades da vida camponesa na vila de Chuanga (Distrito do Lago, Lichinga). A circulação de dinheiro é algo muito escasso nessa vila e a vida gira em torno do lago Niassa (local de pesca, mas que também se usa para banho e lavar roupa). No dia 7 de abril se comemora o Dia da Mulher Moçambicana e foi possível acompanhar as comemorações desse dia na Vila de Chuanga, com danças e músicas ligadas ao povo Nhanja que habita o leste do lago Niassa. Nessa vila se observou as palhotas<sup>3</sup> localizadas esparsamente no território, ao lado de suas machambas de batata, abóbora, milho ou mandioca, evidentes elementos da vida camponesa do norte do país.

A segunda estadia foi em Lichinga, capital da província do Niassa. A cidade possui muitas casas e prédios da época colonial. O clima ameno da região, associado ao solo fértil e a boa pluviosidade, representa excelente condição para a atividade agrícola, algo que foi comprovado pelos vistosos campos experimentais da EMBRAPA/ProSAVANA. É grande o número de bicicletas circulando em Lichinga, cidade onde o uso é o maior no país. Em Lichinga, o contato com Abel Lucas, morador, antigo camponês e técnico agrônomo nas plantações portuguesas do período colonial, foi enriquecedora para conhecimento da história e da realidade atual da região.

O próximo destino foi Cuamba, distrito localizado a 300 km de Lichinga depois de uma viagem de “chapa” (vans que realizam o transporte coletivo em todo o país) de 10 horas. Cuamba é um local estratégico para a ferrovia da Vale que ligará Moatize a Nacala, pois é ali que o trecho que está sendo construído se une à ferrovia já existente e é a primeira parada do trem depois que ele sai do Malauí. Foi possível notar a presença de muitos estrangeiros

---

<sup>2</sup> A relação dos entrevistados em Maputo e no Corredor de Nacala está no anexo 1. Convém salientar que contribuíram para essa pesquisa muitas conversas informais, com pessoas das cidades visitadas e do campo. O contato com os camponeses do Corredor de Nacala ficou quase restrito às lideranças camponesas, devido algumas dificuldades para efetivar esse contato, o que inclui o uso mais comum das línguas locais (como macua e djanja) do que a língua portuguesa pelas comunidades nativas.

<sup>3</sup> Palhotas são habitações muito comuns em todas as regiões rurais de Moçambique. São habitações simples, caracterizadas principalmente pela cobertura de caniço, uma espécie de capim encontrado no país. . As paredes normalmente são feitas de barro, mas também há palhotas onde as paredes são feitas também de madeira. Durante o trabalho de campo foi muito comum observar o transporte por moçambicanos de grandes e longos feixes de caniço para a construção de novas palhotas.



ligados a empresas que operam na região, como da empreiteira brasileira OAS. A região de Cuamba tem muitos camponeses que cultivam o algodão pelo sistema de fomento.

A viagem de Cuamba a Nampula foi realizada pelo trem administrado pela Vale Moçambique. A paisagem da viagem é quase toda tomada por uma cadeia de montanhas de topos arredondados de elevada altitude. Em Nampula foi de grande valor para essa pesquisa o contato com pessoas ligadas à Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC), que participam ativamente das discussões em torno do ProSAVANA e de questões agrárias da região. Também em Nampula aconteceu a conversa com o coordenador brasileiro da EMBRAPA César Miranda e a participação no primeiro Seminário Internacional de Divulgação dos Resultados da Investigação Agrária, onde se divulgaram as pesquisas no âmbito do ProSAVANA e de outros trabalhos do IIAM.

A parada seguinte da viagem foi o distrito de Carapira (Nampula). Nessa comunidade fica um núcleo dos Leigos Missionários Combonianos (LMC), uma representação católica que existe na região a mais de 50 anos. Funciona nessa comunidade a Escola Industrial de Carapira, uma escola técnica que oferece cursos industriais de mecânica e serralheria para cerca de 140 alunos. A escola foi fundada em 1964 pelos missionários combonianos que a administram até hoje, com exceção de um período de 10 anos após a independência do país quando a escola foi nacionalizada. Os missionários combonianos de Carapira são compostos por leigos, padres e irmãs de várias nacionalidades. Eles incluem a sociedade civil moçambicana que participa das discussões em torno dos conflitos de terra existentes na região causados por empreendimentos agrícolas de soja, banana e de extração ilegal de madeira, entre outros. O missionário brasileiro Flávio Schmidt proporcionou o contato com o distrito de Carapira e com o núcleo de combonianos.

A parada final da viagem foi em Nacala, cidade portuária que recebe a expansão de seu porto conduzida pela Vale. Também foi possível conhecer as obras do aeroporto conduzidas pela Odebrecht. Em Nacala é comum a existência de mesquitas islâmicas pela cidade, que está associada ao grande número de adeptos à religião muçulmana em todo o norte do país. Um contato importante em Nacala foi com representantes da Comissão de Justiça e Paz da Diocese São João Batista de Nacala.

## O ProSAVANA

O ProSAVANA (Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique) foi lançado no ano de 2009 através de um Memorando de Entendimento assinado pelos governos de Brasil, Moçambique e Japão<sup>4</sup>. A coordenação do ProSAVANA está a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Japan International Cooperation Agency (JICA) e do Governo de Moçambique. O Programa compreende a execução de projetos de cooperação técnica que visam contribuir para o desenvolvimento agrícola na região norte de Moçambique, conhecida como Corredor de Nacala. O Memorando de Entendimento traz os objetivos do ProSAVANA: “criar modelos de desenvolvimento agrícola sustentável na região das savanas tropicais de Moçambique, levando em consideração a conservação do meio ambiente, buscando o desenvolvimento agrícola/rural/regional com capacidade competitiva e com base nas leis do mercado”. (ProSAVANA, Memorando de Entendimento).

A área de abrangência do ProSAVANA é o entorno do Corredor de Nacala, uma região com aproximadamente 107.002 km<sup>2</sup> no norte do país, que abrange 19 distritos das Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia. Estimativa do Censo Populacional do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Governo de Moçambique, indicam que a população da área era de aproximadamente 4.287.415 de habitantes em 2011. (ProSAVANA, Nota Conceitual 1). A região é cortada por duas vias de transporte da região: a ferrovia Corredor de Nacala e as estradas nacionais N1, N12 e N13 que juntas ligam Nacala a Mandimba.

O Programa está estruturado em 3 componentes:

ProSAVANA Investigação (PI): se refere à transferência de técnicas agrícolas pelos pesquisadores brasileiros e japoneses aos técnicos do órgão de pesquisa agrária do país, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Esse componente tem o objetivo de

---

<sup>4</sup> O Memorando de Entendimento foi assinado no dia 17/09/2009 por representantes dos três países, em Moçambique. É através deste documento que é lançado o ProSAVANA. Mas os acordos diplomáticos que deram as bases para o nascimento do programa são anteriores à 2009, com destaque para o Acordo de Cooperação Brasil-Japão (1970); o Programa de Parceria Brasil-Japão - JBPP (2000); a Declaração Conjunta Japão-Brasil (2005); e o acordo entre a JICA e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil para implementação de projetos de cooperação tripartite na África e América Latina no âmbito do JBPP (2007). Segundo informe da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), em março de 2011, o Programa de Parceria Japão-Brasil – JBPP prevê a execução conjunta de projetos trilaterais para fomentar o desenvolvimento dos países ao redor do mundo e o ProSAVANA é atualmente o maior programa de cooperação da história do JBPP. Consulta no site da JICA em 15/10/12:

[www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf](http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf)

fortalecer a infraestrutura e a capacidade de investigação agrícola do IIAM. Para isso, já ocorre a transferência de conhecimento em solos, sementes, insumos e sistemas de produção pelos dois institutos estrangeiros: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Japan International Research Center for Agricultural Science (JIRCAS ou Centro Internacional de Pesquisa em Ciências Agrícolas do Japão).

ProSAVANA Extensão e Modelos (PEM): se refere à escolha de modelos de produção agrícola a serem transmitidos aos agricultores moçambicanos através de equipes de extensão agrária. O ProSAVANA Extensão e Modelos (PEM) busca fortalecer a extensão rural pública e privada no país, através de melhorias na estrutura existente e capacitação. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do governo brasileiro coordena esse projeto e atua junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/DF) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/GO e EMATER/DF). Mas foi relatado que esse componente ainda não está efetivo no campo e as visitas que ocorreram de técnicos brasileiros das instituições envolvidas não tiveram relatórios ou conclusões apresentadas. O componente de Extensão e Modelos (PEM) ainda não tinham ações realizadas que pudessem ser observadas em campo. Não há recursos financeiros destinados a esse componente. Segundo constatado em algumas conversas, a escolha do modelo de extensão tem causado polêmica junto a agricultores locais.

Plano Diretor (PD) – Master Plan: documento elaborado a partir de um diagnóstico agrícola-ecológico da região do Corredor de Nacala apresentando diretrizes e ações visando promover a atividade agrícola na região. Vários esboços do documento foram lançados nos últimos anos e o resultado foi uma ampla contestação aos objetivos do ProSAVANA que esses documentos apresentavam.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O ProSAVANA foi lançado como um programa que tem o objetivo de expandir a produção de alimentos no Corredor de Nacala. Mas esse objetivo foi contraposto a outros possíveis interesses subjacentes ao Programa, interesses esses em conflito com a realidade agrária da região. Assim, é de fundamental importância a escolha de um ferramental teórico que analise as contradições envolvidas com a dinâmica da intervenção espacial do Programa.

A proposta desse trabalho de apreender a realidade que se opera em torno do ProSAVANA procurou evitar ver a proposta de modernização tecnológica do Programa como finalística. Bem como se evitou teorias totalizantes que olham os movimentos de desenvolvimento do capital como homogeneizantes e com o objetivo de eliminar diferenças no tempo e no espaço. O Materialismo histórico dialético, ao contrário, possibilita a apreensão da essência do fenômeno a partir do processo histórico de determinadas relações sociais de produção.

O materialismo histórico dialético é um método de análise da realidade que reconhece o papel central desempenhado pelos processos desencadeados a partir das relações de produção no desenrolar da história. A transformação social ocorre a partir de mudanças no modo de produção e de troca, mudanças que se produzem silenciosamente na sociedade e, a partir de então, se apresentam evidentes através dos fatos materiais da realidade. Destaca-se a perspectiva histórica, presente no método, porque este considera que as leis que imprimem as mudanças se revelam nos fatos históricos. Destaca-se também a perspectiva dialética, porque este entende que as referidas leis nunca se farão evidentes a partir do olhar metafísico, no qual as coisas e suas imagens no pensamento são objetos isolados, particularizados e fixos de investigação. ENGELS (1981) se refere ao foco no movimento, no processo, nas relações dinâmicas do fenômeno com o universo quando tece suas reflexões sobre a dialética:

Para a dialética, que focaliza as coisas e suas imagens conceituais substancialmente em suas conexões, em sua concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de nascimento e caducidade, fenômenos como os expostos não são mais que outras tantas confirmações de seu modo genuíno de proceder. (ENGELS, 1981, p.97).

Na contemporaneidade, as relações de produção e a ordem social decorrente são dadas pelo modo capitalista de produção. O desvendar de suas rígidas leis que determinam o seu funcionamento dinâmico ao longo da história é realizado por meio de abstrações criadas pela consciência do homem frente aos fatos concretos. O modo capitalista de produção é resultado de um processo histórico marcado pela separação do trabalhador de seus meios de produção e pelo caráter coletivo da produção social em contradição com a apropriação privada do produto.

A produção de riqueza pressupõe a produção de mercadoria para a troca. Essa atividade, efetivada por produtores de mercadorias independentes e isolados, é caracterizada por

ENGELS (1981) como “anarquia da produção social no seio de toda a sociedade”. Essa anarquia, regida somente pela concorrência de produtores que querem trocar suas mercadorias, é marcada pela ação individual de cada capitalista para alcançar, a qualquer custo, a troca de sua mercadoria. Dois caminhos não coincidentes se abrem ao capitalista na busca de efetivar a troca antes de seus concorrentes: introduzir ou aperfeiçoar o capital fixo, a maquinaria, a tecnologia; e “dilatam a órbita de sua produção” e expandir mercados geograficamente. Os dois caminhos trazem consigo contradições insolúveis que levam o modo capitalista de produção a crises periódicas e inevitáveis.

ENGELS (1981) salienta que as contradições presentes nestes dois caminhos impostos aos capitalistas isolados pelas leis concorrenciais do mercado levam a crises com a mesma configuração: excedentes de capital e trabalho. Mas o modo de produção capitalista encontra em suas crises o motor de sua temporária sobrevivência. Com a crise e com as medidas para sua superação, a totalidade capitalista atinge um novo estágio em nível global. Aqui, ao se apropriar do raciocínio de ENGELS (1981), pretendeu-se utilizar elementos teóricos que mostrem a crise de excedentes por traz da atividade imperialista, sem deixar de ter em mente a alta complexidade da realidade e da relação dialética entre o que é interior e exterior à atividade capitalista.

A atividade imperialista dos Estados ao longo da história é tratada por alguns autores como uma solução encontrada pela acumulação capitalista para enfrentar suas crises internas de sobreacumulação. Segundo esta visão capitalismo necessitaria de soluções e oportunidades que se localizam fora de sua esfera de atuação para solucionar crises internas, que ocorrem dentro da sua área de atuação.

ARENDRT descreve o cenário europeu que possibilitou a ascensão de uma nova forma de imperialismo no final do século XIX. Segundo ela, neste momento se verifica uma sobreacumulação de capital e o surgimento de dinheiro sem opções de investimento dentro das fronteiras nacionais. Frente a esse quadro, a reação burguesa é canalizada para “o simples roubo, para a acumulação primitiva”. Assim, HARVEY (2004) aponta a visão de ARENDRT que enxerga a necessidade do capitalismo sempre precisar de um fundo de ativos, recursos naturais ou de uma oferta de trabalho fora de si mesmo para enfrentar crises de sobreacumulação.

HARVEY (2004) trata de separar a etapa inicial da acumulação primitiva, como tratada por Marx, de inúmeros outros processos de acumulação predatória e fraudulenta presentes na história do capitalismo. Também tem o cuidado de não dar uma classificação estanque a esses processos como formas exteriores ao capitalismo visto como sistema fechado. Ele então introduz o conceito de acumulação por espoliação para se referir às práticas violentas e predatórias presentes na longa geografia histórica da acumulação do capital. Segundo ele, a relação orgânica e dialética entre a reprodução expandida e processos violentos de espoliação ajuda a melhor entender o que são as formas capitalistas de imperialismo.

HARVEY (2004) nos dá a resposta de como a acumulação por espoliação pode resolver o problema da sobreacumulação. Esta é entendida como uma condição de excedentes de capital e trabalho ociosos sem oportunidades de aplicação lucrativa: “O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)” (HARVEY, 2004, p. 124). Assim, são criadas as condições para as ordenações espaço-temporais, “uma metáfora para um tipo particular de soluções de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica (HARVEY, 2004, p. 99). As ordenações espaço-temporais podem estar relacionadas à expansão geográfica do capital excedente, absorvido em investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longa duração em locais que ofereçam maior lucratividade. Essa absorção pode se dar também através do deslocamento espacial de mercadorias, capacidade produtiva e trabalho para locais que ofereçam possibilidades de reprodução do capital no longo prazo.

A exploração de algo que está fora do capital visando sua estabilização e sobrevivência deve ser entendida recorrendo a dialética interior-exterior. HARVEY (2004) traz o conceito de Marx de um exército industrial de reserva como algo necessário à acumulação continuada do capital, em casos de ausência de mudanças tecnológicas poupadoras de mão de obra. O exército de reserva pode acontecer pelo aumento da população ou por incorporação de mão de obra camponesa aos circuitos de produção. Seja qual for as formas de desenvolvimento do exército industrial de reserva, o importante no argumento é que o capitalismo requer efetivamente algo “fora de si mesmo”.

O que está exterior ao capital deve assim ser dialeticamente interpretado quando se analisa a “destruição criativa” a que se refere HARVEY (2004). O capital busca perpetuamente destruir e construir a paisagem geográfica para assim criar as condições para sua contínua acumulação. O movimento pendular do capital que ora desvaloriza os ativos (incluindo a

força de trabalho), ora investe nesses ativos, está constantemente criando soluções “externas” para crises de sobreacumulação. Bem como, está recriando oportunidades para investimento de capitais ociosos, num movimento dinâmico e histórico de expelir o que está dentro e se apropriar do exterior.

A totalidade capitalista lança então suas garras a qualquer sociedade e território do planeta num movimento motivado pelas crises de superacumulação e pela queda tendencial da taxa de lucro observadas nos países centrais do sistema. Faz isso como uma ave de rapina que violentamente caça sua presa com suas garras. Num processo violento e dissimulado, a expansão da totalidade capitalista sobre sociedades ainda não completamente envolvidas com os processos de troca e produção de mercadorias se faz sob a figura da modernização. Tal qual como um fetiche, a modernização das forças produtivas é levada a diferentes sociedades como solução para processos produtivos considerados arcaicos e para falta de mercadorias. Mas, sob o objetivo de produzir riqueza, se esconde a solução encontrada para os excedentes de capital.

O campesinato, produzindo por meio de relação de trabalho familiar e sendo dono de seus meios de produção (a terra), se situa como uma forma social não capitalista que integra o processo de produção de valor. A relação social camponesa está relacionada ao processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo. OLIVEIRA (1987) nos fornece a compreensão desse processo ao mostrar que a reprodução ampliada da formação social capitalista ocorre articulada a relações especificamente capitalistas (trabalho assalariado) e também a relações não capitalistas. As relações não capitalistas se dão pela subordinação do camponês através da sujeição da renda da terra ao capital. Neste caso, o capital, comercial ou industrial, se manifesta com o monopólio sobre a circulação da produção. Esse movimento contraditório do desenvolvimento das forças produtivas sob domínio do capital segue em duas direções. Uma direção na lógica do capital, expropriando o camponês da terra e proletarizando-o. Outra direção é contraditória à primeira, mas ao mesmo tempo intrínseca a ela, dada pelas relações não capitalistas como as relações camponesas, criadas e recriadas para atender ao movimento do capital. As duas direções não são obrigatoriamente complementares nem mantêm uma relação de causa e consequência entre si. Ambas são geradas pela reprodução ampliada do capital, onde uma relação é contraditória a outra.

Relações camponesas são assim reproduzidas por um processo que é desigual temporal e territorialmente. Isso significará relações com características específicas para cada tempo e lugar. A sucessão ou a recriação de relações em determinado ponto do espaço não segue um movimento linear no tempo mas é resultado da interação conflituosa da reprodução do capital com relações anteriormente estabelecidas. O regime de terra estatal em Moçambique, resultado do processo de independência e criação do Estado moçambicano, interage com os processos atuais de expansão do capital. Dessa interação surgem relações não capitalistas, como a agricultura de fomento, que mostram a expansão desigual e contraditória da reprodução capitalista.

O campesinato moçambicano, num movimento também processual, vai se recriando com a história da expansão recente do capitalismo no país. Eles se inserem em novos processos de exploração da renda e do trabalho. Relações sociais não capitalistas são transformadas e inserem uma parte dos camponeses em novas dinâmicas que afetam seus modos tradicionais de reprodução e sua relação com a terra. Isso não acontecerá de uma forma passiva, instalando-se um conflito e um movimento de negação e oposição.

SHANIN (1980) revisita as discussões marxistas acerca da problemática do camponês realizadas posteriormente à década de 1960 e mostra que a abordagem utilizada nessas discussões se baseia na inserção do campesinato na história e na sociedade. Essa inserção não se dá de uma forma passiva e determinada, o que leva o campesinato a apresentar reações à mudança estrutural nos sistemas mais gerais. Essas reações passam tanto pela adaptação quanto pela interferência na própria estrutura geral. Tipologizar o camponês a partir do modo de produção em que está inserido não parece adequado. Segundo o autor, “deve-se apreender, de uma só vez, a interação do todo e suas partes, em todas as suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens da lógica, tanto da totalidade quanto de suas unidades” (SHANIN, 1980, p. 68)

O uso adequado dos conceitos se faz quando estes estão relacionados às questões de pesquisas, elaboradas para o esclarecimento da realidade. Os conceitos de renda da terra, subordinação do campesinato, desenvolvimento desigual e combinado, e balanço trabalho-consumo foram usados neste trabalho como instrumento para o entendimento dos processos de fomento.



## **CAPÍTULO I - A DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO CORREDOR DE NACALA**

O ProSAVANA é um programa de cooperação técnica na área da agricultura entre Moçambique, Brasil e Japão que tem gerado discussões acirradas em torno de diversos temas. O Programa é, nos discursos de seus proponentes, uma cooperação técnica solicitada por Moçambique para expandir a produção de alimentos no Corredor de Nacala. Mas o Programa também almeja a produção de excedentes exportáveis na região, o que já atrai empreendimentos e investidores externos.

Por trás do Programa há uma dinâmica de governos, instituições internacionais e empresas que o instrumentalizam em busca de seus interesses. Para entender a dinâmica e os interesses subjacentes do ProSAVANA se faz necessário olhar também outros projetos do Corredor de Nacala que se destinam a ampliar os processos de acumulação de capital na região. Dessa forma, é possível compreender a dinâmica geral que determina esses grandes projetos na região bem como nomear seus atores e estabelecer as relações entre eles.

### **1.1 - O PROSAVANA E OS GRANDES PROJETOS DO CORREDOR DE NACALA**

O Corredor de Nacala se tornou uma região moçambicana foco de muitos projetos de governos e empresas estrangeiras. Esses projetos, mais ou menos articulados entre si, dependendo das relações analisadas, buscam explorar os recursos naturais da região. Terras agricultáveis e reservas de carvão são exploradas com o apoio de infraestruturas e tecnologia. A busca de amenizar a pobreza dos povos da região é restrita aos discursos e a tímidos projetos de compensação social.

Os projetos vistos juntos mostram a existência de uma teia de relações entre interesses privados (empreendedores agrícolas, investidores, empresas mineradoras e de infraestrutura) e governos. Portanto, interesses do capital e do Estado articulados na reprodução ampliada do capital em escala global. Olhar esses projetos a partir desses interesses ajuda a compreender o que está para além da cooperação técnica solidária de que se revestiu o ProSAVANA.

Essa complexidade de instituições e interesses que estão por trás dos projetos no Corredor de Nacala vem evidenciar a participação do governo brasileiro e a relação deste com setores empresariais no Brasil. Um dos combustíveis dessa relação são os projetos de exploração de recursos naturais em outros países, como Moçambique.

a) PROSAVANA

O ProSAVANA se trata de uma cooperação técnica entre Brasil, Japão e Moçambique para promover a expansão agrícola no país e amenizar o grave problema de oferta interna de alimentos. Essa caracterização do Programa, tão presente nos discursos e documentos lançados pelos governos executores, deixa oculta a forma com que os objetivos do Programa vão ser realizados: através dos investimentos privados. Empresas agrícolas estrangeiras já instaladas na região irão se somar a novos empresários na busca pela “terra e mão de obra disponível”, segundo afirmação do Ministro da Agricultura de Moçambique<sup>5</sup>.

O componente de investigação se propõe a ofertar tecnologia de alta produtividade aos empresários interessados. O Plano Diretor sinaliza para investidores sobre as oportunidades de negócios agrícolas na região. O ProSAVANA traz em seu objetivo principal “produzir segundo regras do mercado”. Um técnico da EMBRAPA entrevistado afirmou: “Seguramente as tecnologias pesquisadas pelo PROSAVANA não se destinam à grande maioria dos camponeses da região, que possuem área média de 2 ha e não são capitalizados”. Fica clara aqui a exclusão de agricultores não capitalizados do acesso às tecnologias pesquisadas.

Produzir para o mercado, com lucro e com tecnologias de alta produtividade compõem também o discurso dos três governos envolvidos com o ProSAVANA. O foco aqui é atrair investimentos a Moçambique e produzir excedentes, tanto exportáveis quanto para abastecimento do mercado moçambicano. Interesses políticos do três Estados seriam atendidos por esse movimento: produção de excedentes exportáveis e geração de divisas,

---

<sup>5</sup> No seminário internacional “Oportunidades de investimento no agronegócio moçambicano”, ocorrido em Cuiabá/MT (Brasil) no dia 25/4/2011, o ministro da Agricultura de Moçambique, José Pacheco, afirmou que o país africano está aberto para receber produtores de Mato Grosso e de outros estados do Brasil: “Meu país vive clima de paz e democracia, tem disponibilidade de terras e mão-de-obra, sistema de geração e distribuição de energia, aeroportos, estradas e, como já disse, incentivos fiscais”. Notícia consultada em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/mocambique-quer-atrair-produtores-de-algodao-39191#y=200>, no dia 25/04/2013.

expansão da oferta mundial de commodities, oportunidades para agentes empresariais brasileiros, japoneses e moçambicanos.

#### b) FUNDO NACALA

O ProSAVANA tem como seu principal pilar financeiro o Fundo de Investimento em Agricultura para o Corredor de Nacala (FUNDO NACALA). O fundo, lançado em julho e com a captação de recursos iniciada em novembro de 2012, tinha a meta levantar US\$ 2 bilhões em até quatro meses, metade no Brasil e metade no Japão. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, responsável pela criação do fundo, “o perfil dos investidores já contatados é formado basicamente por fundos de pensão e tradings”<sup>6</sup>. O fundo oferece um retorno mínimo de 10% ao ano, mas tem como objetivo atingir rentabilidade anual entre 20% e 22%. A expectativa de obter retorno elevado se justifica, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), porque não há no projeto custo de aquisição de terra, uma vez que em Moçambique o governo oferece a concessão de uso da terra por 50 anos, renováveis por mais 50. O Fundo de Investimento deverá estar alinhado com as estratégias a serem traçadas pelo Plano Diretor para o Desenvolvimento da Agricultura do Corredor de Nacala.

A criação do Fundo Nacala é a maior evidência do arrojo com o qual capitalistas se lançam sobre as terras do Corredor de Nacala. O fundo é aberto a investidores do mundo todo e tem sua rentabilidade vinculada a empreendimentos agrícolas realizados em terra barata, obtida por concessão estatal. Se, por um lado o ProSAVANA tem o objetivo de expandir a produção agrícola no país, por outro, ele aparece vinculado a empreendimentos que fariam uso da tecnologia de alta produtividade pesquisada pela EMBRAPA. Certamente as duas coisas estão relacionadas: aumentar a produção agrícola através de investidores privados.

Em entrevista com representantes do Comitê Gestor do ProSAVANA<sup>7</sup> foi declarado que o Fundo Nacala “não tem nenhuma relação com o ProSAVANA”. Apesar de o fundo ser citado no primeiro esboço do Plano Diretor, pelo discurso recente dos proponentes ele é desvinculado do Programa. A recente ausência de informações sobre o Fundo Nacala e

---

<sup>6</sup> Notícia “Fundo da FGV quer captar US\$ 2 bi para investimentos em Moçambique”, consulta em <http://www.valor.com.br/empresas/2738490/fundo-da-fgv-quer-captar-us-2-bi-para-investimentos-em-mocambique>, no dia 15/10/12.

<sup>7</sup> O Comitê Gestor do ProSAVANA foi um termo utilizado, pelos próprios integrantes, na entrevista conjunta realizada com um representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), um representante da Japan International Cooperation Agency (JICA) e um terceiro representante do Governo Moçambicano, no dia 28/03/2014 em Maputo.

conversas com interlocutores durante essa pesquisa indicam que, aparentemente, o fundo encontra-se parado.

c) MOZIL

O Fundo Nacala reaparece em um documento acessado por entidades da sociedade civil moçambicana no final de 2013. Neste documento, o Fundo Nacala seria composto por dois fundos: um que agregaria recursos de investidores mundiais (chamado de “fundo privado”) e outro, chamado de “fundo social”, teria investidores moçambicanos e seria articulado pelo Fundo de Desenvolvimento da Agricultura (FDA). O FDA é um órgão estatal do governo de Moçambique que tem como objetivo atrair investidores para a agricultura do país.

Os dois fundos, agregados com o nome de Fundo Nacala, seriam destinados a um grande projeto agrícola a ser implantado na região da chamada Mozil (Binational Company Mozambique Brazil). A MOZIL seria uma companhia binacional com operações para a produção de soja, milho, arroz e algodão, numa área de 356 mil hectares, gerando 5.000 empregos! Com investimento na ordem de 500 milhões de dólares, esse empreendimento se encarregaria da produção de sementes até a logística de escoamento desses produtos agrícolas. O empreendimento pretende se realizar com agricultores brasileiros e camponeses moçambicanos, onde os primeiros iriam “treinar e transferir know-how aos camponeses”.

Não foi possível ver ações em campo e o empreendimento foi tratado como desconhecido pelo Comitê Gestor do ProSAVANA. O documento acessado, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, traz a evidência da participação da FGV e na articulação do Fundo Nacala e da MOZIL.

d) FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV)

A FGV não é um dos grandes projetos que estão a ocorrer no Corredor de Nacala mas seguramente é um elemento de ligação entre muitos deles. Ela é responsável pela elaboração do Plano Diretor do ProSAVANA, lançou o Fundo Nacala em 2012 e tem articulado a criação da MOZIL e de seu fundo de financiamento. Foi a Fundação Getúlio Vargas que realizou os estudos preliminares para a instalação da Vale em Moçambique.

A FGV Agro atua no Brasil e no exterior viabilizando investimentos na produção agrícola. Sua atuação extrapola em muito a geração de estudos técnicos e de viabilidade econômica.

Ela tem a função de articular investidores e governos em torno de projetos agrícolas. Sua reconhecida capacidade técnica se alia à sua força política (o presidente da FGV Agro hoje é Roberto Rodrigues, ex ministro da agricultura do Governo Lula) para avalizar empreendimentos agrícolas.

e) VALE MOÇAMBIQUE

Em 2004, a Vale, então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), venceu licitação para explorar em Moatize, na província de Tete, as reservas de carvão do local. De lá pra cá, a empresa se estruturou para a exploração do carvão metalúrgico e do carvão térmico e hoje extrai 7 milhões de toneladas/ano. Exporta toda a sua produção através do porto de Beira, mas trabalha para mudar a rota de escoamento para o porto de Nacala<sup>8</sup>.

A Vale se tornou uma das maiores empresas estrangeiras em Moçambique com a fundamental ajuda do governo brasileiro. Ainda que o projeto da empresa de explorar o carvão no país datasse de 1987, sua efetivação só ocorreu mais tarde com a ajuda política e financeira do Estado brasileiro. Empréstimos do BNDES destinados ao pagamento da concessão e para os investimentos na produção se juntam à aproximação brasileira do Estado de Moçambique como ações diretas do Estado brasileiro para a instalação da empresa. Além disso, a empresa tem no Governo Brasileiro (BNDESPar) e em fundos de pensão de empresas estatais (PREVI, PETROS, FUNCEF e Fundação CESP) boa parte de seu controle acionário. Isso aumenta o peso, nas decisões da empresa, de interesses do Estado brasileiro e dos fundos de pensão ligados às suas empresas estatais.

f) FERROVIA MOATIZE-NACALA E O PORTO DE NACALA

A ligação das minas de carvão da Vale em Moatize até o porto de Nacala (912 km de ferrovia) tem sido efetivada através da construção de um trecho de linha férrea e pela reabilitação de outro trecho. O primeiro trecho entre Moatize a Cuamba, com 379 km em construção, atravessa o Estado do Malauí, o que demandou uma articulação política entre a Vale e os Estados de Moçambique e Malauí. O segundo trecho de Cuamba a Nacala, com 533 km de extensão, se refere à reforma da estrada de ferro já existente no Corredor de Nacala que remonta do período colonial. A operação desse trecho, bem como os

---

<sup>8</sup> Informações obtidas em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/coal/Paginas/default.aspx>.  
Consulta em 24/03/2015.

investimentos necessários à sua reabilitação, fica a cargo do Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), empresa em que a Vale tem a maior participação acionária. A CDN recebeu da Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa estatal moçambicana e administradora anterior da linha, a concessão para a exploração da ferrovia.

O carvão a ser escoado pela ferrovia Moatize-Nacala será escoado pelo porto de Nacala, onde a Vale está construindo terminais e grandes estruturas para exportar o minério. Atualmente a Vale já exporta pequena parte do seu carvão por Nacala-a-Velha (cidade vizinha a Nacala, também portuária), utilizando terminais já existentes e fazendo lá chegar o carvão por uma combinação logística: o minério sai de Moatize por caminhão e vai até Cuamba; de lá, segue a Nacala-a-Velha pela estrada de ferro já existente.

Enquanto a ferrovia não se torna o principal canal de escoamento do todo carvão produzido em Moatize, a Vale já utiliza do trecho Cuamba-Nacala impondo restrição de uso à população. Faz isso limitando a viagem de passageiros a um trecho de cerca de 330 km (entre Cuamba e Nampula), reduzindo a 3 dias da semana a circulação do trem para passageiros e excluindo vários pontos de parada do trem. (Figura 1)

A ferrovia Moatize-Nacala, além de transportar o carvão da Vale, poderá ser utilizada para o transporte de excedentes agrícolas que venham a ser produzidos no Corredor de Nacala. Além disso, essa ferrovia pode ainda ser um elo vital de importação e exportação para os países vizinhos, como Malawi e Zâmbia<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Documento “Apoio ao Sistema de Inovação no setor agropecuário – Moçambique”, produzido pela EMBRAPA. Consulta em 15/12/2012 em: [www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf](http://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf)



Figura 1: Vila no distrito de Ribaué. Parada do trem que liga Cuamba a Nampula, no momento em que as pessoas da vila vendem diferentes produtos aos passageiros. Foto: Fabiano Alves. Abril de 2014.

#### g) RODOVIA NO EIXO DO CORREDOR DE NACALA

Enquanto a ferrovia é expandida para todo o eixo do Corredor de Nacala até a província de Tete, outra grande obra desponta paralela à estrada de ferro: a rodovia que liga Cuamba a Nampula. São 348 km da Estrada N13 que estão sendo pavimentados e que tem entre os seus principais financiadores a JICA. O trecho que está sendo pavimentado faz parte de um conjunto de estradas nacionais que atravessam o eixo do Corredor de Nacala paralelo à ferrovia. Essas estradas fazem a ligação leste-oeste de Nacala a Mandimba, distrito este localizado na divisa com o Malauí (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, ANE). Essa ligação compreende as estradas N12 (Nacala-Namialo), N1 (Namialo-Nampula) e N13 (Nampula-Mandimba).

#### h) PEDEC-NACALA

A JICA articula no norte do país o Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC-NACALA), um programa que visa expandir os investimentos privados no Corredor de Nacala com o aporte de cerca de 600 milhões de dólares. Foi possível constatar em conversas que o PEDEC-NACALA é um projeto dos japoneses para o Corredor de Nacala (incluindo a província de Tete) e que pretende investir em infra-estrutura, mineração e transporte. A intenção da JICA<sup>10</sup> é de que esse projeto gerasse primeiramente um Plano Diretor, que traria os investimentos planejados para a região. Mas até julho/2015 esse documento não estava pronto.

#### i) AEROPORTO DE NACALA

Construído pela empreiteira brasileira Odebrecht, o aeroporto de Nacala é uma obra suntuosa destinada a atender o aumento do fluxo aéreo na cidade, fruto da prevista expansão da atividade econômica na região. A construtora brasileira realizou as obras com recursos do BNDES.(Figura 2)



---

<sup>10</sup> Informação consultada no site da JICA:

<http://www.jica.go.jp/project/english/mozambique/002/outline/index.html> , em 25/10/2014.



Figura 2: Aeroporto de Nacala. Obra executada pela empreiteira brasileira Odebrecht. Foto: Fabiano Alves. Abril de 2014.

#### j) FÁBRICA DE FERTILIZANTES

Em junho de 2012, a Vale Moçambique iniciou estudos destinados à pesquisa e exploração de fosfato na mina de Evate, no distrito do Monapo, província de Nampula. Com o fosfato, a Vale pretende construir um complexo industrial para a produção de fertilizantes, no distrito costeiro de Nacala-a-Velha, para atender à demanda do agronegócio, que deverá se estabelecer ao longo do Corredor de Nacala (SCHLESINGER, 2013).

#### Mapa 1: Grandes Projetos no Corredor de Nacala – Norte de Moçambique



Fonte: ProSAVANA Concept Note; REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE – ANE; CDN.

Mapa elaborado a partir de imagem extraída do Google Earth e com uso do software GPS TrackMaker Pro.

## **1.2 - A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO CORREDOR DE NACALA**

Os grandes projetos em execução no Corredor de Nacala possuem uma motivação em comum: a exploração dos recursos naturais da região. Os projetos giram em torno da exploração do carvão na província de Tete e de terras agricultáveis no Corredor de Nacala. O que marca essa exploração é o objetivo de atender os mercados mundiais de alimentos e biocombustíveis (através da exploração da terra) e de aço e energia (pela exploração do carvão).

A expansão da demanda mundial pelas mercadorias advindas da terra e do carvão conduz a exploração desses recursos em Moçambique. Alguns fatores ajudam a explicar o aumento da demanda mundial desses recursos. Do ponto de vista demográfico, cada vez mais parcelas da população mundial se inserem no consumo, resultado do crescimento absoluto da população, da urbanização de contingentes que antes viviam no campo e da expansão da renda para alguns segmentos da população. O aumento da demanda leva as nações que necessitam de alimentos e recursos minerais a buscarem esses recursos a preços cada vez menores.

A expansão do comércio mundial de recursos minerais e de alimentos abre oportunidades para inúmeras empresas. O que ocorre em Moçambique é a busca pela exploração desses recursos por empresas e investidores externos. Fica claro aqui como opera a lógica do capital: o aumento da demanda mundial de recursos naturais leva as empresas para lugares com disponibilidade desses recursos. Mas a particularidade aqui é de como se dá o apoio do Estado (poder territorial) nessa corrida mundial dos capitais pela exploração da terra e do carvão em Moçambique

O alto valor e a escala mundial de circulação dessas mercadorias demandam esforços de governos e empresas para produzi-las e comercializá-las. E esses atores fazem isso com seus interesses específicos. Brasil e Japão são os grandes protagonistas governamentais dos projetos da região. O governo e as empresas desses dois países estão intimamente ligados à instalação e operação dos projetos citados do Corredor de Nacala. Ainda que atores de outros países tenham participação nesses projetos (como empreiteiras portuguesas que atuam na reabilitação da linha férrea Cuamba-Nacala ou a australiana Rio Tinto que produz carvão em Moatize junto com a Vale), os atores de Brasil e Japão têm um papel de destaque nesses projetos. E, ao esmiuçarmos a participação brasileira nesses projetos, vemos uma forte aliança entre o Estado e empresas brasileiras.

a) JAPÃO: PARCEIRO DO BRASIL NOS PROJETOS DO CORREDOR DE NACALA

A participação do Japão nos referidos projetos do Corredor de Nacala está centralizada na JICA, a agência do governo japonês responsável pela cooperação internacional. A JICA é responsável pelo ProSAVANA junto com a ABC, mas atua sem a agência brasileira na coordenação do PEDEC-NACALA. É também responsável pela construção da rodovia Nampula-Cuamba, junto com outros órgãos de fomento internacional. No que se refere à participação de empresas japonesas, a Mitsui, conglomerado japonês que atua em logística e no comércio de commodities agrícolas, adquiriu participação acionária na CDN e está responsável, junto com a Vale, pela construção/reabilitação da ferrovia Moatize-Nacala.

Ainda que a JICA desenvolva outros tímidos projetos em Moçambique, é no Corredor de Nacala que ela tem seus maiores projetos no país. E esses projetos têm como principal parceiro o Brasil. Ao buscarmos a origem dessa parceria de Brasil e Japão em Moçambique, chegamos a dois eventos. O primeiro é o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). As negociações entre o governo brasileiro e japonês para a criação do PRODECER se iniciaram em 1974, mas o projeto foi implantado a partir de 1980. O projeto teve três etapas e sua implantação se estendeu até a década de 90. O PRODECER previa a ocupação de grandes extensões de terras disponíveis no cerrado brasileiro. Dados do Ministério da Agricultura destacados por SANTOS *et al.* (2010) mostram que, até o ano de 2000, cerca de 350.000 hectares de cerrado foram trazidos ao sistema produtivo pelo PRODECER em 7 estados brasileiros.

Para coordenar o programa, foi criada uma empresa binacional chamada Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) composta por acionistas dos dois países, dentre esses, empresas produtoras de insumos e máquinas agrícolas, bancos e *tradings* comercializadoras de produtos agrícolas. Cobia à CAMPO realizar os investimentos em infraestrutura econômica e social (estradas, pontes, açudes, linhas para energia elétrica, escolas, postos de saúde e centros comunitários). Essa companhia fazia também a escolha dos colonos e mutuários interessados em gerir as áreas destinadas aos projetos agropecuários. A terra para esses projetos era cedida pelo governo brasileiro.

O segundo evento é a assinatura do Programa de Parceria Japão Brasil – JBPP no ano de 2000, programa que prevê a execução conjunta de projetos trilaterais para fomentar o desenvolvimento dos países ao redor do mundo. A articulação entre Brasil e Japão que levou

ao ProSAVANA ocorreu no âmbito do JBPP. Segundo informe da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) de março de 2011, o ProSAVANA é atualmente o maior programa de cooperação da história do JBPP.

A cooperação entre Brasil e Japão consolidada nos dois eventos acima citados levou à criação do ProSAVANA antes de se definir o país receptor do programa de cooperação técnica. Conversa informal com pesquisadores que participavam do Seminário em Nampula (abril/2014) mostrou que um deles teve acesso a um documento da FGV, em meados da década de 2000, que trazia o esboço de um projeto de cooperação agrícola de Brasil e Japão para ser oferecido a algum país africano. Assim, o ProSAVANA nasceu antes de receber esse nome e antes de Moçambique ser definido como local do programa. O ProSAVANA (ou o Programa de cooperação agrícola entre Brasil e Japão em terceiros países) está associado aos interesses dessas duas nações em liberar terras no mundo para a agricultura e expandir a produção mundial de alimentos. Assim como foi com o PRODECER.

#### b) O BRASIL: O PRINCIPAL PROTAGONISTA DOS PROJETOS NO CORREDOR DE NACALA

Ainda que empresas e governos do Japão, e também de outros países, sejam atores nos projetos do Corredor de Nacala, a atuação do Brasil é de destaque na execução e articulação desses projetos. O protagonismo brasileiro é claro na presença da Vale no país, com a EMBRAPA liderando as pesquisas do ProSAVANA e com a FGV como planejadora e avalista técnica de vários desses projetos. Interesses econômicos e políticos no seio do Estado brasileiro ajudam a explicar esse protagonismo.

As relações do governo brasileiro com o ProSAVANA e com a Vale mostram os principais interesses e alianças decorrentes. A execução do ProSAVANA pelas instituições de cooperação internacional de Brasil (ABC) e Japão (JICA) mostra a estreita relação do Programa com as políticas externas do governo de cada um desses países. A busca por terras para produção de alimentos e biocombustíveis no mundo se dá com a intervenção dos governos. O ProSAVANA, antes de ser visto como promotor de investimentos privados, deve ser visto como alinhado a interesses dos Estados envolvidos.

A chegada da Vale em Moçambique está alinhada com a política de internacionalização da empresa e de expansão da exploração mineral para onde existam reservas no mundo. Dado o

gigantismo dessa política, ela opera com empréstimos estatais e necessita de apoio político para instalar suas inúmeras subsidiárias em outros países.

O Estado brasileiro também articula negócios para outros grandes conglomerados empresariais brasileiros. Grandes empreiteiras brasileiras (OAS, Mendes Júnior, Odebrecht) executam grandes obras fora e dentro do Brasil com a ajuda de empréstimos do governo, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo brasileiro articulou a construção do Aeroporto de Nacala pela Odebrecht, a participação da OAS na reabilitação da estrada de ferro Cuamba-Nampula e a construção da barragem Moamba Major pela Andrade Gutierrez com recursos do BNDES.

Todos esses projetos aqui analisados foram lançados na gestão do Presidente Lula (2003-2010). Durante os anos que Lula esteve no poder, Brasil intensificou e consolidou uma forte presença em Moçambique. A relação do governo Lula com setores do empresariado nacional pode ser vista nos vários projetos em Moçambique. Seu governo buscou a aproximação entre os dois países com dúbios interesses políticos.

Por um lado, interesses políticos na arena da diplomacia internacional. Lula já em seu discurso de posse afirma ser necessária a aproximação com o continente africano para pagar uma dívida passada do Brasil. Essa aproximação se concretizou com a assinatura de acordos comerciais, abertura de embaixadas, cessão de empréstimos e programas de cooperação técnica para diversos países da África. A política externa sob o Governo Lula via na África um apoio político para o presidente, seu governo e seu partido na arena das relações internacionais.

Por outro lado, o governo Lula tinha interesses na internacionalização das empresas nacionais. O incentivo à internacionalização de empresas brasileiras, com empréstimos e acordos comerciais entre governos, foi algo que adquiriu ares de política de Estado com o Governo Lula. O que o Estado brasileiro buscava era crescimento das operações de grandes empresas brasileiras. Fatos que têm sido levados ao conhecimento público recentemente mostram que o apoio a algumas dessas empresas tinha também como contrapartida transferências de recursos para o partido do presidente e para agentes públicos corruptos<sup>11</sup>. Enfim, a participação do

---

<sup>11</sup> No início de 2014, o Ministério Público Federal junto com a Polícia Federal deflagrou uma série de processos e investigações para apurar desvios em contratos da Petrobras a favor de empresários, agentes públicos e partidos políticos, o que ficou conhecida como Operação Lava Jato. Apesar de algumas prisões de agentes públicos e empresários corruptos já terem ocorrido, até agora, final do ano de 2015, não há uma previsão do

governo brasileiro em todos esses projetos é motivada por diferentes interesses, de setores do governo e de setores do capital. Essa aliança de interesses no Brasil que está por trás dos projetos do Corredor de Nacala vai expor algo maior, um movimento do capital e do poder estatal sobre mercados e recursos naturais de outros países que estão de acordo com a dinâmica contemporânea de reprodução ampliada do capital.

### **1.3 - UMA DINÂMICA IMPERIALISTA E ANCORADA NO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**

A dinâmica a qual nos referimos e acreditamos ser responsável pela existência do ProSAVANA e de outros projetos no Corredor de Nacala envolve uma ação orquestrada do governo brasileiro, com o apoio do governo japonês, para levar a expansão das atividades capitalistas para a região. Ainda que os benefícios para Moçambique sejam insistentemente elencados, como a expansão da produção de alimentos, geração de empregos e a entrada de dólares com as exportações, o que se vê no Corredor de Nacala é uma corrida pela exploração de recursos naturais para atender à demanda e investidores que estão fora do país. O governo brasileiro se lança nessa empreitada atendendo a interesses de empresas e investidores mas também para atender a seus próprios interesses políticos. Teorias que trabalham com o imperialismo (HARVEY) e com o desenvolvimento desigual do capitalismo (SMITH) podem ajudar a entender essa dinâmica de Estado e capital atuando em projetos para a exploração das terras e recursos naturais moçambicanos.

#### **a) AS ORDENAÇÕES ESPAÇO TEMPORAIS**

HARVEY (2004) nos dá o entendimento de como Estados e empresas, numa relação de aliança, que é também conflituosa, se unem para se lançarem em projetos em outros países a fim de atender a seus distintos interesses. O autor considera os movimentos moleculares (lógica capitalista) e sua relação dialética com a política de Estado (lógica territorial) como responsáveis pela expansão geográfica do capitalismo.

Os processos moleculares do capital representam o motor da acumulação em determinado território e o fazem a partir de vantagens de monopolização e concentração de produção,

---

final das investigações nem do tamanho do esquema de desvios de recursos da Petrobras. As empreiteiras que atuam em Moçambique estão no centro dos esquemas de corrupção já apurados e tiveram alguns de seus altos executivos presos. Apesar dos projetos em Moçambique não terem sido apontados pela Operação Lava Jato como objeto de acordos ilícitos entre o governo brasileiro e empresários, as empreiteiras que executam essas obras em Moçambique (OAS, Mendes Júnior e Odebrecht) estão no centro das investigações.

tecnologia ou capital. A consolidação de processos moleculares em determinada região produziria algo chamado pelo autor de “regionalidade”, e esta estaria sustentada ainda por elementos sociais e políticos.

O Estado capta essa regionalidade e sua dinâmica para seu próprio poder, a fim de dinamizar suas ações. Por outro lado, a regionalidade influencia o corpo estatal para ver implementadas ações em seu interesse. Os processos moleculares têm o papel de influenciar os processos decisórios no âmbito do Estado. Investimentos e planejamento são realizados pelo Estado em favor dos processos moleculares mas também em favor de estratégias territoriais de poder. Assim, com o apoio do Estado, os poderes de monopólio e concentração das empresas vão sendo fortalecidos.

Os processos moleculares podem ainda extrapolar a área de influência dessas regiões e Estados e atuar em ordenações espaço-temporais em outros territórios devido a crises. Neste caso, investimentos são realizados em outras regiões, com o apoio do Estado. É neste ponto que a lógica capitalista se intercala com a lógica territorial em ações imperialistas. Projetos imperialistas são conduzidos pelos processos moleculares e pelo Estado e estes dois atuam juntos de uma forma ora em compasso, ora contraditória.

A clara política de apoio à internacionalização de empresas do governo brasileiro em Moçambique apoia não só as empreiteiras, mas também empresas de outros segmentos, como os grupos Bertin e Gerdau. O que há em comum nos receptores de apoio à internacionalização (que inclui empréstimos vultuosos do BNDES) são vários pontos: grandes conglomerados de empresas, com grande fatia no setor que atuam e com íntima relação com o governo. A lógica dos processos moleculares se imbrica com os poderes do Estado na busca de mercados ou recursos em outros países, bem como na busca por financiamento.

A lógica capitalista é seguida pelos processos moleculares de acumulação, que munidos de poderes de monopólio (resultado da concentração da produção, tecnologia ou capital) se lançam em “práticas imperialistas” para continuar sua acumulação expandida. Essas práticas vão buscar avanços na movimentação espacial de mercadorias, capacidade produtiva, pessoas e capital. Por outro lado a lógica territorial de poder, a política territorializada do Estado e do Império, controla o território e, conseqüentemente, o fluxo de capital e trabalho que se dá sobre este. As forças moleculares de acumulação não podem prescindir do Estado, “entidade política mais capaz de orquestrar arranjos institucionais para preservar o padrão de assimetrias

nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes”. (HARVEY, 2004, p.111).

Na teoria das ordenações espaço-temporais de Harvey, a ação simultânea e dialética das lógicas de poder capitalista e territorial é fundamental. A lógica de poder do capital seria pautada pela constante e infindável busca pela acumulação. A lógica territorial de poder, presente na ação do poder estatal, está sempre a serviço do capital, mas esse alinhamento não é total nem automático. A relação entre as duas lógicas é tomada de tensões. Tensões essas que estão presentes nas ordenações espaço-temporais.

Seguramente algumas dessas tensões se manifestam nos projetos do Corredor de Nacala. O viés de apoio à agricultura comercial e exportadora, claramente presente nos discursos e ações do ProSAVANA, conflita com as propaladas motivações de cooperação solidária entre governos para diminuir a escassez de alimentos. Esse conflito de discursos e intenções somado à oposição ao Programa observada na sociedade moçambicana têm causado abalos aos interesses do Estado brasileiro com o ProSAVANA. A ABC agora direciona o Programa como promotor da agricultura familiar comercial e desvincula dele grandes investidores, bem como qualquer dos investimentos em infraestruturas na região. Esses últimos, por sua vez, são alvo de outro conflito entre a lógica territorial e a do capital: escândalos de corrupção envolvendo a relação entre governo brasileiro e empreiteiras têm abalado essa relação e determinado uma contenção na transferência de empréstimos para os projetos em Moçambique.

A lógica do capital, segundo HARVEY, leva investidores a outros países em busca de postergar os efeitos da inexorável tendência a queda da taxa de lucro. A África surge como um eldorado para a exploração de recursos naturais. Investidores adquirem terra, extraem minérios e madeira, constroem infraestruturas (com apoio e empréstimos de governos) no continente. O movimento é lucrar com a expansão da agricultura comercial (principalmente exportadora) e exportação de bens primários, muitas vezes commodities.

O Fundo Nacala, o projeto Mozil e outros exemplos nos mostram claramente a busca dos capitais ociosos, sejam no Brasil ou no mundo, por oportunidades de investimento em Moçambique. O investimento na atividade agrícola é uma alternativa para a absorção desses excedentes e a pesquisa agrícola só vem amparar essa atividade e melhorar sua lucratividade.



A produção do espaço no meio rural moçambicano ganha novos elementos com a maior atuação de capitais excedentes na promoção de atividades agrícolas capitalistas.

#### b) O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITALISMO SEGUNDO NEIL SMITH

Quando olhamos para os investimentos no Corredor de Nacala a partir de um elemento comum, esse elemento se mostra multifacetado e complexo. A atuação do governo brasileiro visando promover, realizar e articular esses investimentos mostra algo essencial presente na relação entre Brasil e Moçambique que extrapola a solidariedade e a cooperação. Há uma dinâmica complexa de empresas e instituições governamentais envolvidas nessa relação. A compreensão de como se articulam esses interesses, os atores envolvidos nos projetos (ProSAVANA e projetos de infraestrutura) e os mecanismos de ação pode vir a partir da Teoria do Desenvolvimento Desigual de SMITH (1988).

Smith (1988) trabalha com a teoria do desenvolvimento desigual a partir de um conceito marxista que ele considera basilar: a tendência, inerente ao movimento ampliado do capital, à redução da taxa de lucro. A produção do espaço, “resultado lógico da produção da natureza”, seria menos uma saída contingencial e mais um movimento inerente ao capital para conter a tendência de queda da taxa de lucro e as crises dela decorrentes. Mas as contradições do capital, como a tendência constante à redução da taxa de lucro, são tão intrínsecas ao capitalismo quanto as soluções que se apresentam. A fixação do capital em diferentes partes do globo pode solucionar o problema do excesso de recursos (capital e trabalho) apenas provisoriamente, porque a competição entre os capitalistas sempre levará a novas e inéditas desvalorizações. O capital traz consigo contradições, bem como soluções fugazes a essas contradições.

Smith mostra que a produção capitalista do espaço é resultado de duas forças tendenciais dialeticamente relacionadas: a tendência à diferenciação e à equalização. A acumulação do capital instrumentaliza o espaço quando busca equalizar as condições e o nível de produção, como a universalização do trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, promove a diferenciação do espaço pela divisão territorial do trabalho e do capital. A ação simultânea e contraditória dessas duas forças surge no âmago do modo capitalista de produção e se inscreve na paisagem com o padrão do Desenvolvimento Desigual.

Na escala global, o capitalismo se manifesta em todo espaço do globo na forma do comércio mundial. Aqui nesta escala, a tendência é para a equalização: tudo deve ser assemelhado para que possa ser trocado na arena mundial. O capital luta para igualar tudo e fazer o mundo “a sua imagem e semelhança”. Na tendência à equalização, todos os pontos geográficos do mundo tenderiam a incorporar elementos da produção e da circulação capitalistas e assim se integrar ao espaço geográfico cada vez mais global de reprodução expandida do capital. Entre esses elementos se inclui o trabalho assalariado.

Para o autor, o capital fixo e a tecnologia desempenham importante papel nesse processo de equalização. Eles seriam ao mesmo tempo “veículo e impulsionador” da expansão do capital. Induzidos pela competição entre capitalistas e pela busca da produtividade, os investimentos em capital fixo e tecnologia levariam produtos e consumo a onde quer que o capital ainda não tivesse se estabelecido.

Os projetos no Corredor de Nacala podem assim ser vistos a partir da teoria do Desenvolvimento Desigual de SMITH (1988). Investimentos em tecnologia e capital fixo teriam como objetivo comum expandir o comércio e as relações capitalistas na região. Não é por acaso que o ProSAVANA se apoia nas pesquisas agrícolas e na expansão da produção através das leis de mercado. A essência declarada do Programa é prover tecnologia que seria disponibilizada no mercado para agricultores adquirirem, expandirem sua produtividade e comercializarem excedentes, inclusive exportáveis. Já as infraestruturas que estão sendo construídas ou reformadas (ferrovia, rodovia, porto e aeroporto) visam viabilizar a movimentação da produção agrícola e mineral da região. A equalização pretendida com a tecnologia e capital fixo passa pela equalização das condições de produção.

Mas, se a equalização no espaço global se faz pela tendência à universalização do trabalho assalariado, o eixo da diferenciação nessa escala é “a determinação diferencial do valor da força de trabalho e o padrão geográfico dos salários assim efetuados”. (SMITH, 1988, p. 202).

Além das características relativas locais, uma contradição no seio do processo de acumulação ampliada tem um papel determinante na diferenciação do espaço global. O capital teria em princípio dois caminhos ao se expandir para sociedades pré-capitalistas ou para sociedades ainda não totalmente integradas aos circuitos mundiais de produção e circulação, como Moçambique. Um deles seria induzir a transformação desses espaços em locais de produção, consumo e acumulação capitalistas. Relações assalariadas, formação de renda interna,

constituição de uma elite local, desenvolvimento interno das forças produtivas são características de um processo que levaria à produção interna e consumo em bases capitalistas. O outro caminho do capital centralizado seria buscar, em novas paragens ao redor do globo, fontes mais baratas de elementos físicos da produção, como matérias-primas e trabalho. Esses dois caminhos são incompatíveis e contraditórios entre si e a escolha, em maior ou menor grau, de cada um deles irá contribuir para determinar a produção de espaços diretamente internalizados pelo processo de acumulação capitalista e espaços que lhes seriam “externos”.

SMITH recorre a HARVEY para dizer que a contradição está entre os meios de acumulação e as condições necessárias para a acumulação. Os modos de produção pré-capitalistas foram integrados ao sistema capitalista mundial como “exteriores internalizados”. Assim a integração ao espaço-economia global é incompleta. A diferenciação recai em grande parte sobre a força de trabalho: “quanto mais a força de trabalho é mercantilizada na economia mundial, mais o valor da força de trabalho se torna um instrumento de ruptura de tendência para a integração espacial” (SMITH, 1988, p. 204)

O que foi possível constatar é que há um pequeno volume de trabalho assalariado agrícola, constatação fruto da análise do Inquérito Agrícola Integrado (IAI), pesquisa sobre a situação econômica e social do campo no país realizada através de entrevistas amostrais em todas as províncias. Essa pesquisa mostra o percentual de pessoas envolvidas com pequenas e médias explorações que realizaram algum trabalho remunerado no ano anterior à realização da pesquisa. Os dados mostram que 5% na província do Niassa, 10% em Nampula e 14% na Zambézia são os percentuais de pessoas que realizaram algum trabalho assalariado. (República de Moçambique, 2012). Esse dado, acompanhado de outro que mostra as pessoas que realizaram alguma atividade agropecuária nessas mesmas pequenas e médias explorações agrícolas (78% no Niassa, 85% em Nampula e 83% na Zambézia) evidencia a existência de relações sociais diferentes da assalariada. O fomento é uma dessas relações e se configura como uma relação não tipicamente capitalista na agricultura do país. Os processos de agricultura de fomento estão muito presentes em Moçambique, principalmente no norte do país, e já são estimulados pelo ProSAVANA. O contato do ProSAVANA com relações locais de trabalho produzirá um resultado inscrito na diferenciação espacial do desenvolvimento do capital.

Além de trabalho precarizado e a baixo custo, os projetos do Corredor de Nacala buscam fontes de recursos naturais para produzir mercadorias. Priorizam mais a exploração desses recursos do que a promoção de uma acumulação interna. O objetivo dos projetos aqui mostrados é liberar terras para a produção de excedentes (alimentos e minérios) que atendam ao consumo do mercado interno ou, principalmente, do lucrativo mercado mundial de commodities agrícolas e minerais.

A produção de excedentes em Moçambique desperta interesse nos três países. Para o Brasil, seria um caso de sucesso do uso de sementes e insumos ligados às pesquisas da EMBRAPA, o que poderia levar a negócios tanto para a transferência de tecnologia quanto para o comércio de insumos e sementes. Para o Japão, país sede de grandes *tradings* mundiais de comércio de alimentos e importador histórico de gêneros agrícolas, é evidente seus interesses em excedentes agrícolas mundiais. Coincidência ou não, o Japão é o financiador do investimento na infraestrutura rodoviária no Corredor de Nacala. E Moçambique, frente à pressão dos organismos financeiros mundiais, deseja internalizar divisas externas obtidas com a exportação de alimentos. Não por acaso, um alto funcionário do Ministério da Agricultura afirmou o interesse moçambicano em exportar soja e milho para a China, onde a proximidade entre os dois países iria conferir a Moçambique ganhos extraordinários nessas transações.

## CAPÍTULO II - OS CONFLITOS EM TORNO DO PROSAVANA

*Moçambique oferece terra à soja brasileira: O governo de Moçambique está oferecendo uma área de 6 milhões de hectares -equivalente a três Sergipes- para que agricultores brasileiros plantem soja, algodão e milho no norte do país.*

Com esse título o jornal brasileiro Folha de São Paulo inicia notícia em 14/8/2011 sobre o ProSAVANA, provavelmente a primeira notícia em jornal de grande circulação no Brasil<sup>12</sup>. E provavelmente foi com essa notícia que muitas entidades e organizações da sociedade civil moçambicana tomaram conhecimento do ProSAVANA, como declarou representante da ONG moçambicana Justiça Ambiental. Desde o início, o Programa não foi transparente e a participação dos camponeses na sua formulação foi negligenciada, o que gerou forte contestação ao Programa em nível mundial de acadêmicos, jornalistas, ONG's e organizações camponesas. Em Moçambique, a Justiça Ambiental<sup>13</sup> e a União Nacional dos Camponeses (UNAC) são as entidades mais ativas na oposição ao ProSAVANA, mas aderem a elas outras diversas organizações no país. As ameaças aos povos tradicionais do Corredor de Nacala incluem usurpação de terras, modernização direcionada a produtores capitalizados e proletarianização precarizada. O governo moçambicano é também criticado por apoiar o Programa e se alinhar com interesses conflitantes aos dos camponeses da região.

### A União Nacional dos Camponeses (UNAC)

Em 1987, com início das medidas de ajuste estrutural pelo governo, os camponeses iniciam um movimento nacional para fazer frente ao fim do cooperativismo estatal e ao novo quadro econômico que Moçambique se inseria. As reformas liberalizantes produziram o

<sup>12</sup> Notícia publicada no jornal Folha de São Paulo, caderno Mercado, p. 5. Consultado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>, no dia 1/3/2012.

<sup>13</sup> A Justiça Ambiental! é uma ONG que atua em Moçambique desde 2004. Tanto o nascimento da organização quanto seu objetivo são permeados pelas transformações na economia moçambicana, que tem ocorrido a partir do desenvolvimento da economia global. Segundo o site da JA!: A rapidez da entrada do investimento estrangeiro na nossa frágil democracia, caracterizada por uma sociedade civil relativamente fraca e um sistema jurídico praticamente inacessível, criava o risco de se perder muito da nossa beleza natural, que acreditamos pertencer às pessoas deste país e que não deve ser posta à venda aos grandes grupos empresariais". Consultado em: <https://www.facebook.com/ja4change> no dia 15/10/2015.

desmantelamento das cooperativas e machambas<sup>14</sup> estatais, resultado do ambiente novo criado no campo.

Organizações de camponeses que existiam naquele ano de todas as partes do país, fossem cooperativas ou associações informais, promoveram uma Assembleia Geral para debater e refletir sobre o futuro das cooperativas no novo quadro econômico em vigor no país. Nesta assembleia, foi definida a criação de uma organização para representar todos os camponeses do país, o Núcleo de Apoio às Cooperativas. No ano de 1993, é fundada oficialmente a União Nacional dos Camponeses. A UNAC agrega hoje cerca de 86.000 membros individuais agregados em 2.200 associações, cooperativas ou outras formas de organização locais. Os membros da UNAC, apesar de contar com camponeses individuais, estão estruturados em associações e grupos que “são espinha dorsal que tornam o movimento visível e atuante em diferentes espaços físicos e no quadro de políticas de desenvolvimento do país”. A estrutura da UNAC com base em células locais de camponeses, muitas dessas pequenas, mostra que o associativismo no seio do campesinato representa o caminho para a atuação política. Mas o associativismo é apenas a base da estrutura da UNAC, que luta em manter o camponês na terra e a preservação de suas formas tradicionais de reprodução.

## **2.1 - A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

O ProSAVANA Investigação (PI) é o componente do programa com ações mais efetivas e divulgadas. Foram realizadas visitas aos plantios experimentais realizados pela EMBRAPA/IIAM/JIRCAS nas cidades de Lichinga e Nampula. As ações neste componente do ProSAVANA se tornaram o elemento central da cooperação técnica Brasil-Moçambique e têm sido amplamente divulgadas pelo Comitê Gestor do Programa em Moçambique. Esses plantios são realizados desde 2012 em áreas do IIAM (Nampula, Lichinga e Mutuali) e se baseiam em testar diferentes sementes (principalmente sementes brasileiras) nos solos do Corredor de Nacala, sob diferentes dosagens de adubos, calcário e inoculantes (Figura 3). As pesquisas são geridas pelos técnicos da EMBRAPA e da JIRCAS e seus resultados são transferidos para os técnicos do IIAM. A proposta é que o IIAM melhore sua capacidade de pesquisar novas sementes e tecnologias a partir do aprendizado extraído da cooperação

---

<sup>14</sup> Machamba é o nome usado pelos moçambicanos para designar o campo de produção agrícola da família camponesa. O termo representa a terra como meio de reprodução social e econômica dos camponeses. É na machamba que se retira a comida e alguns excedentes para venda e é nela onde os camponeses executam seu trabalho.

técnica agrícola do ProSAVANA. ABC e JICA estão construindo dois laboratórios de solos para o IIAM, um em Lichinga e outro em Nampula (este último já está pronto).

A EMBRAPA é a grande protagonista na transferência de tecnologias e conhecimento, mantendo pessoal técnico em tempo integral no acompanhamento das pesquisas e dispondo de mais área para testes do que os parceiros japoneses. A JIRCAS dispõe de pouca área para pesquisa no IIAM de Lichinga, realiza somente visitas mensais com técnicos japoneses e utiliza práticas diferentes das praticadas pelos técnicos brasileiros. Os técnicos moçambicanos do IIAM atuam como receptores do conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores estrangeiros, principalmente pelos brasileiros da EMBRAPA. Um técnico do instituto brasileiro de pesquisa afirmou que o Programa tem o objetivo, com o componente de investigação, de “capacitar os técnicos do IIAM com o conhecimento agrícola de ponta desenvolvido pela EMBRAPA ao longo de seus 40 anos de existência”.



Figura 3: Campo experimental da EMBRAPA na sede do IIAM da cidade de Lichinga. Foto: Fabiano Alves. Abril de 2014.

A capacidade de pesquisa do IIAM é pequena, com carências de recursos financeiros e humanos. As tecnologias agrícolas em uso e disponíveis em Moçambique são ainda escassas. O mercado de adubos, defensivo e sementes é pequeno. Em conversas, foi possível ver que esses são fatores de produção escassos no mercado de Moçambique: não há produção de calcário no país; a produção comercial de sementes engatinha (o governo distribui algumas sementes que vêm da produção adquirida de alguns camponeses); os adubos usados são importados e são os mais simples (são únicos quanto à composição de nitrogênio-fósforo-potássio); não há produção interna de máquinas e implementos.

A pesquisa com sementes do ProSAVANA sofre crítica por ameaçar o atual modo de produção camponesa. Isso se daria, entre outros pontos, com o abandono de sementes nativas hoje utilizadas. Outro temor é que as tecnologias pesquisadas (sementes, máquinas e insumos) seriam de acesso exclusivo a agricultores capitalizados. Isso porque o baixo nível de renda do campesinato aliado à baixíssima oferta de crédito afastará essas tecnologias do camponês do Corredor de Nacala. Foi possível constatar que as pesquisas desenvolvidas no âmbito do ProSAVANA promovem uma agricultura que demanda mais insumos externos à machamba do camponês, adquiridos no mercado. Há um sentimento claro de que o país precisa de avanços na pesquisa agrícola mas se contesta a importação de um pacote tecnológico que já se mostrou excludente no Brasil.

NOGUEIRA e OLLINAHO (2013) fazem uma análise parecida ao olhar para a participação dos interesses privados no ProSAVANA. Segundo os autores, a tecnologia e o conhecimento brasileiros que estão sendo adaptados à Moçambique são adequados apenas para determinados tipos de sistemas agrários, nomeadamente o agronegócio com grande escala de produção. Também é altamente dependente do uso de insumos (sementes, fertilizantes e pesticidas) certificados pelas principais empresas agrícolas mundiais.

Uma entrevista com um técnico da EMBRAPA deixou claro a segregação que a tecnologia pesquisada pelo ProSAVANA pode causar: os insumos pesquisados, por mais simples que sejam, não cabem à grande maioria dos pequenos camponeses da região. A absorção de tecnologias seria feita por capitais externos e também por setores nacionais com capitais acumulados (agentes ligados ao poder estatal, empresas agrícolas já estabelecidas e setores financeiros urbanos) que se lançassem a empreender na agricultura.



## a) O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

O paradigma do desenvolvimento técnico está na base dos discursos que tratam do problema da baixa produção de alimentos em Moçambique. Esse paradigma tecnológico se espelha em um processo pelo qual muitas nações ocidentais passaram e que lhes permitiu avanços na produtividade de diversos produtos agrícolas, através da aplicação de conhecimentos científicos na agricultura. Conhecido como Revolução Verde, esse processo data do século XIX mas tem a sua difusão ampla em termos mundiais a partir da Segunda Guerra Mundial. Esse paradigma tecnológico, que desenvolveu a agricultura em muitos países do mundo, tem sido encarado como um caminho único para aumentar o nível da produção da agricultura de Moçambique.

Hoje em Moçambique está em curso um processo que irá liberar o comércio de sementes estrangeiras no país. Desde 2003 acontece no âmbito da SADC (Southern African Development Community ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) discussões para criação de um acordo que concilie a legislação sobre sementes e variedades dos 15 países membros da entidade. Esse acordo trata de registro de variedades, certificação de sementes, medidas fito-sanitárias para exportação e importação de sementes e de regras para produção de novas variedades (não há acerto sobre esse último ponto por envolver organismos geneticamente modificados). Já foi assinado um Memorando de Entendimento por 10 países (inclusive Moçambique), o que possibilita que o acordo já seja aplicado, com exceção da produção de novas variedades.

Essas informações sobre o acordo de sementes foram obtidas a partir da entrevista com uma pesquisadora de sementes do IIAM. Segundo a pesquisadora, esse acordo tem como objetivo primordial permitir que variedades tenham fácil circulação em todos os países da SADC, além de sinalizar ao mercado sobre a criação de um instrumento jurídico que garanta a proteção dos direitos das empresas que pesquisam e comercializam variedades de plantas. Ela salientou que esse acordo pode prejudicar o desenvolvimento das pesquisas de variedades em países comparativamente mais atrasados nesse quesito mas que o ponto positivo do acordo é disponibilizar no mercado de todos os países as melhores variedades desenvolvidas na região da SADC (são membros da organização 15 países do sul do continente africano). A pesquisadora salienta a crença pessoal do uso conjunto de dois grupos de sementes e variedades: um grupo com variedades que o produtor deseja ou que ele mesmo produz (segundo ela, as variedades tradicionais), inclui nesse grupo sementes

distribuídas por poucos programas governamentais de sementes; e um segundo grupo de variedades melhoradas comercializadas de alto rendimento.

Um outro interlocutor declarou que a liberação de pesquisas no âmbito da SADC irá disponibilizar melhores opções de sementes no mercado moçambicano mas será um duro golpe às pretensões de melhoria da pesquisa local neste quesito.

Esse paradigma tecnológico, que atingiu progressos reais em diversos países como o Brasil, se pauta no uso de tecnologias cientificamente pesquisadas, a base de insumos químicos e de sementes híbridas manipuladas em laboratório (recentemente a tecnologia trouxe a manipulação genética para produção de variedades). Tanto o componente de investigação do ProSAVANA quanto a liberação de sementes no âmbito da SADC deixam claro o movimento de progresso na agricultura do país: trazer pacotes tecnológicos cientificamente pesquisados e já em uso em outros países. Esse paradigma tecnológico ao qual nos referimos se baseia na oferta de sementes e insumos, quase sempre importados, no mercado para compra do agricultor moçambicano.

Um novo negócio se abre no país para empresas fornecedoras de sementes e de insumos usados na terra (calcário, adubos com diferentes dosagens, pesticidas químicos). Não é possível saber como será o desenvolvimento deste setor mas a proliferação das pesquisas irá gerar demanda para esses produtos. SILVA (1981) faz análises da teoria marxista que aventa que o progresso técnico é a forma encontrada pelo capital para transpor as barreiras colocadas pela agricultura para o avanço do capitalismo no campo. O progresso técnico é uma forma que o capitalismo encontra para subordinar a terra, a natureza e o trabalho à acumulação ampliada do capital. A orientação das pesquisas biológicas se faz sempre no sentido de intensificar o efeito das inovações químicas e/ou mecânicas, geralmente monopólio de grandes empresas multinacionais. Ele ilustra sua análise para a opção seguida pelo Brasil na década de 1970, inclusive através de programas como o PRODECER:

(...) não é outro o motivo da ênfase que se tem colocado a nível do governo brasileiro com a criação da EMBRAPA vinculada ao Ministério da Agricultura, destinada a dinamizar as atividades de pesquisa relativas ao setor rural do país. E para não frustrar essas

expectativas, a EMBRAPA deu ênfase a programas de desenvolvimento da produção animal e vegetal através do melhoramento genético em especial nas regiões de cerrados, cuja incorporação produtiva de suas terras pobres e planas pode significar a redenção para as indústrias de calcário, fertilizantes e máquinas agrícolas, sempre em sérias dificuldades devido à capacidade ociosa com que operam (SILVA, 1981, P. 36).

O paradigma tecnológico, ao ser adotado por Moçambique como solução da baixa produtividade e da escassez de alimentos, se torna um fetiche que esconde novas relações do camponês com o capital comercial. O camponês, ao adotar o paradigma tecnológico em busca de sua reprodução social em bases mais favoráveis, se insere na lógica do capital e, contraditoriamente, põe em xeque sua própria condição de camponês.

#### b) DISCUSSÕES SOBRE OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Nenhuma das pessoas entrevistadas no trabalho de campo se mostrou contrária à necessidade de ações para a agricultura em Moçambique que levem à superação do atual quadro de carência de alimentos e pobreza rural. Mas ficou claro que está em discussão duas correntes para o desenvolvimento rural de Moçambique. De um lado, um modelo de apropriação do território agrário moçambicano baseado na grande empresa rural, capitaneado por investidores privados principalmente estrangeiros, com o uso de insumos e implementos que levem a uma produção com alta produtividade, justificando assim os investimentos nesses insumos. A chamada agricultura de mercado seria uma agricultura protagonizada por agricultores empreendedores, capitalizados (ou com capacidade de investir) e atentos à política de preços e práticas de comercialização. Esse modelo sofre muita resistência pelas ameaças causadas aos atuais possuidores da terra em Moçambique, os camponeses.

Do outro lado, estaria um modelo de desenvolvimento rural protagonizado pela agricultura camponesa que objetive garantir mais alimentos para a família produtora e produção de excedentes, que proporcionariam ganhos com sua comercialização. Essa linha de pensamento propõe a melhoria de três grandes gargalos do avanço da agricultura camponesa: infraestruturas de transporte e logística, assistência técnica aos produtores e oferta de crédito. O uso de sementes nativas sem o uso de insumos químicos e a manutenção do camponês em sua terra também estão na base desse modelo.

Apesar de serem dois modelos não excludentes, há opiniões extremistas dos dois lados. Há grupos que acreditam ser necessária a modernização no campo moçambicano através de investimentos privados, expansão no nível tecnológico e produção de uma ou poucas culturas em áreas bem maiores do que as cultivadas hoje pelo camponês. Outros pregam a emancipação do agricultor camponês, sua qualificação e inserção no mercado, além de sua manutenção na terra, com respeito à relação tradicional e religiosa que ele estabelece com a mesma.

MOSCA (2014) salienta a importância do debate sobre o modelo de desenvolvimento subjacente ao ProSAVANA. Ele salienta a base da filosofia e ideologia do Programa:

(...) implantação de explorações privadas de média e grande dimensão, com utilização de tecnologias intensivas em capital, cujo objectivo é a integração nos sistemas de agro negócios internacionais com a produção e exportação de commodities, configurando um padrão de acumulação dominado pelos interesses das multinacionais de factores (sementes, fertilizantes, pesticidas e equipamentos).(MOSCA, 2014, p. 3)

A discussão do modelo subjacente ao ProSAVANA é rechaçada pelo Comitê Gestor, que declarou em entrevista que “não há modelo envolvido com o ProSAVANA e que o Programa busca fortalecer a agricultura familiar”. Apesar da mudança de discurso nos últimos anos, com a intenção de revestir o Programa de objetivos alinhados aos interesses dos camponeses, o fato é que tanto o paradigma tecnológico adotado quanto as diretrizes contidas no Plano Diretor são evidências do modelo produtivista buscado pelo ProSAVANA.

## **2.2 - OS DESCAMINHOS DO PLANO DIRETOR**

O terceiro componente do ProSAVANA, o Plano Diretor, busca planejar a ocupação do Corredor de Nacala com a atividade agrícola, a pecuária e a exploração de madeira. Como o principal objetivo do ProSAVANA é “estimular a agricultura voltada para o mercado” na região, o Plano Diretor se apresenta como um instrumento que irá direcionar os investimentos privados na região. O documento, que ainda segue em elaboração, sofreu forte oposição na sociedade moçambicana por estimular a usurpação de terras camponesas por empresas estrangeiras.

O processo de elaboração do Plano Diretor tem sido marcado por rupturas e continuidade de discursos ao longo dos documentos já divulgados. A ruptura está na tentativa de desvincular o Programa da agricultura empresarial e alinhá-lo à agricultura camponesa. São incluídas propostas “em prol” dos camponeses, como o alinhamento do Programa à política agrária do governo – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA). A continuidade está na manutenção, nos três documentos, da ideologia de expansão da produção através do mercado. Se por um lado alguns discursos são alterados, a essência do Programa de promover a expansão da agricultura comercial na região se fortalece com os diversos esboços do Plano Diretor.

### O PLANO DIRETOR EM TRÊS ATOS

#### **1º ATO - Março/2013: “Disponibilizada” na internet versão do Plano Diretor do ProSAVANA**

Um documento, composto de 3 arquivos em formato PDF com o título SUPPORT AGRICULTURE DEVELOPMENT MASTER PLAN IN THE NACALA CORRIDOR IN MOZAMBIQUE (PROSAVANA-PD) – Report 2 (ProSAVANA, Master Plan) foi “disponibilizado” na internet, não pelo Comitê Gestor do ProSAVANA, mas sim por diversas organizações do mundo todo. Se tratava de um documento extenso, em inglês, que trazia mapas, estudos econômicos e geográficos sobre o Corredor de Nacala e projetos do ProSAVANA para a região. Mesmo que extraoficial, acontecia neste momento a divulgação do primeiro documento do Plano Diretor do ProSAVANA.

Este documento trazia 32 projetos no âmbito do ProSAVANA, cada um apresentado detalhadamente com objetivos, atividades, metas, instituições gestoras, cronograma, parceiros, etc. Não havia nenhuma menção a custos dos projetos ou financiadores. Os projetos abarcavam uma grande diversidade de ações para a região, desde elaboração de um estudo que disponibilizaria terras para grandes investimentos privados até o registro de terras de pequenos e médios produtores. Outro projeto ainda pretendia fortalecer a pesquisa e a capacidade de extensão rural.

Os Quick Impact Projects (QIP) ou Projetos de Rápido Impacto são 16 desses projetos, sendo metade de responsabilidade do setor público e outra metade do setor privado. São projetos detalhados, com as culturas agrícolas incentivadas e os distritos para plantação. São definidos como projetos que têm a capacidade de produzir resultados em curto prazo, como melhoria da produtividade e aumento da renda dos beneficiários, introdução de tecnologias agrícolas melhoradas (sementes de qualidade, fertilizantes, maquinário agrícola e tecnologias pós colheita) e construção ou reabilitação de infraestruturas relacionadas ao desenvolvimento agrícola. Os QIP's foram muito criticados pela sociedade civil por mostrar o ProSAVANA alinhado com um modelo de desenvolvimento não desejado pelos camponeses da região.

Outro ponto neste documento é a apresentação de alguns princípios do Investimento Agrícola Responsável (RAI). Esses princípios representariam uma série de “diretrizes” que teriam a função de nortear os grandes investidores que vierem a se estabelecer no Corredor de Nacala. A proposta é fornecer uma cartilha de responsabilidade ambiental e social a ser seguida pelos investidores no intuito de não conflitar com as populações camponesas. Questões como preservação ambiental e respeito à posse camponesa da terra compõem essa cartilha. Apesar de serem citados órgãos responsáveis pela divulgação dessa cartilha, como o Ministério da Agricultura (MINAG), não há nenhum mecanismo previsto no documento que garanta a aplicação das “diretrizes” pelo empresário. A ideia de uma cartilha com princípios de investimento responsável não é nova e compõe o discurso da FAO/ONU<sup>15</sup> ao propor um mecanismo para redimir conflitos entre investidores agrícolas e os agricultores que habitam a terra.

Esse documento causou grande impacto junto a entidades que contestam o ProSAVANA. O plano traz claros indícios de protagonismo do setor privado e de uma tecnologia excludente. A proposta de um conjunto de regras para regular a relação entre investidores e camponeses se mostrou absurda. Os projetos propostos apresentam claros e graves desvios de diversas legislações moçambicanas que regulam o uso da terra, grandes obras e exploração de recursos naturais. Frente a uma série de críticas, o Comitê Gestor tratou de minimizar o documento e o apresentou como um “documento de trabalho que seria submetido a discussão com a sociedade”.

---

<sup>15</sup> A FAO apresenta um manual para elaboração desses princípios: <http://www.fao.org/cfs/cfs-home/resaginv/en/>

## **2º ATO - Setembro/2013: Lançamento da Nota Conceitual (Concept Note 1)**

Foi disponibilizado oficialmente pelo Comitê Gestor do ProSAVANA o documento “Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala - NOTA CONCEITUAL”. (ProSAVANA, Nota Conceitual 1)

A primeira grande novidade é que neste documento o ProSAVANA está alinhado com a visão e os objetivos do PEDSA - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020. O PEDSA foi elaborado pelo Governo de Moçambique como instrumento de planeamento das ações do governo para o setor agrário.

A crítica sofrida pela falta de participação social foi a motivação para o surgimento desse documento. Lançado com o nome de Concept Note 1, não é apresentado como plano diretor mas sim um “documento que está aberto para ser discutido de forma a envolver as partes interessadas (*stakeholders*)<sup>16</sup> num nível mais profundo”. (ProSAVANA-Nota Conceitual 1). Foram relatadas no documento reuniões que aconteceram entre os conselhos consultivos de cada um dos 19 distritos do Corredor de Nacala e a equipe de técnicos do ProSAVANA. O conselho consultivo é um órgão com representantes da comunidade que assessora o governo distrital. São muitas as críticas a esse órgão e sua representatividade é questionada. Nenhuma das entidades civis consultadas participou dessas reuniões.

O documento apresentava a proposta de algumas audiências públicas para análise e coleta de propostas ao Concept Note 1 que estava sendo disponibilizado. De setembro a dezembro de 2013 foram realizadas 6 reuniões com essa intenção. Representantes das entidades que participaram dessas reuniões afirmaram que a apresentação em PowerPoint e a precária divulgação dos encontros foram a principal característica dessas reuniões, que mostraram a arrogância dos expositores do Programa, a tentativa de intimidação dos camponeses e o lado não participativo do ProSAVANA.

O documento traz um item de “Direcionamento do Desenvolvimento Agrícola”, onde apresenta três pilares para esse desenvolvimento buscado pelo ProSAVANA: “a. Aumento da produtividade e diversificação da agricultura b. Estabelecimento de cadeias de valor agrícolas c. Garantir o uso sustentável dos recursos naturais”. As propostas para cadeias de valor são

---

<sup>16</sup> Foi escutado de um líder camponês que o uso de palavras em inglês no documento era uma postura que dificultava o diálogo, por representar uma falta total de trato com os povos tradicionais, muitas vezes com dificuldade em praticar o idioma português oficial no país.

descritas no documento como promoção do agronegócio para o estabelecimento e fortalecimento das cadeias de suprimento agrícola. Incluem o uso de regras para uso voluntário de investidores privados “para evitar a invasão de investimentos do agronegócio aos direitos das comunidades”. Há também a proposta de fortalecer a agricultura de contrato (fomento) através de um sistema de crédito, porque esse arranjo de produção é “essencial para os pequenos agricultores e grupos de agricultores como um passo inicial para se tornarem parceiros dos agronegócios”.

Esse novo documento de trabalho mostrou uma mudança de postura dos proponentes do ProSAVANA. Segundo eles, foram criados mecanismos de participação social (as audiências) para conter as críticas ao Programa e se coletar sugestões. E as diretrizes do agora se alinhavam com o PEDSA, plano do governo moçambicano para a agricultura. A produção de associações e cooperativas seria estimulada com os processos de fomento.

Mas a essência dos problemas do Programa em sua relação com a sociedade civil se mantém. O Programa segue uma estratégia de estimular grandes negócios e as desastrosas tentativas de inserir os movimentos sociais na elaboração do plano se mostram como uma forma de desviar a atenção de seu foco principal.

### **3º ATO - Abril/2014: Lançamento do documento “Comentários obtidos nas reuniões sobre a Nota conceitual e correspondência”. (ProSAVANA, Nota Conceitual 2)<sup>17</sup>**

A falta de clareza no processo e a divulgação precária atingem o seu ápice neste documento. A Nota Conceitual ou Concept Note 2 do ProSAVANA foi apresentado às comunidades e entidades da sociedade civil em abril de 2014, com a convocação para que essas se manifestassem sobre o documento no prazo de alguns dias. Sob o nome de “Comentários obtidos nas reuniões sobre a Nota conceitual e correspondência”, o documento foi disponibilizado somente impresso e não em formato digital ou enviado por email. Tal fato surpreendeu a Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC), que recebeu o documento, devido ao curtíssimo prazo para manifestação e a

---

<sup>17</sup> O nome Nota Conceitual 2 foi usado em uma reunião realizada pela Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula, no dia 15/abr/2014. Nesta reunião, a entidade promoveu a leitura conjunta do documento, com a participação de representantes de diversas organizações. Esse nome tem relação com o teor do documento, que apresenta comentários sobre o documento anterior, a Nota Conceitual 1. Além disso, o próprio conteúdo do documento diz que é “necessário criar novamente uma nota conceitual com foco na agricultura familiar, envolvendo vários elementos recolhidos através do processo de diálogo.” (ProSAVANA Nota Conceitual 2, p.18)



escolha de algumas poucas entidades para se manifestarem sobre o Concept Note 2. A postura dos proponentes do ProSAVANA indica que buscavam acelerar a aprovação do Concept Note 2 junto a poucas organizações para assim considerar o documento como aprovado pela sociedade civil.

O documento tem uma estrutura confusa em quadros onde são apresentados pontos da Nota Conceitual 1 (Princípios e propostas do ProSAVANA), inquietações das partes interessadas e respostas às referidas inquietações. Cada ponto é apresentado num quadro, com inquietações e respostas vinculadas.

É novamente salientado que o ProSAVANA tem objetivos alinhados ao PEDSA e PNISA. Em outro ponto, esse documento diz que o Plano Nacional de Apoio a Agricultura Camponesa, documento em elaboração pela UNAC<sup>18</sup> está em “consonância com as principais abordagens do ProSAVANA”. Fortalece-se aqui o discurso da Nota Conceitual 1 em se alinhar aos documentos do governo moçambicano e também a um documento de trabalho da principal entidade camponesa do país, a UNAC.

Assim como nos documentos anteriores, esse documento volta a falar da importância das regras para promover a “responsabilidade social corporativa”. As regras chamadas agora de diretrizes do Investimento Agrícola Responsável seriam supervisionadas por um “comitê independente”, conforme proposta.

Outro ponto presente neste, e em todos os documentos, é o incentivo aos processos de agricultura de fomento (chamados nesse documento também como *outgrower schemes*). Agricultores associados se integrariam a empresas e agentes privados para produzir com “tecnologias agrícolas modernas” e serviços de extensão. Os arranjos já existentes de fomento no país são salientados pelo ProSAVANA: “Nos últimos anos foram encontrados alguns exemplos na área do corredor de Nacala em que uma empresa de agronegócio estabeleceu sistema de *outgrower* para a produção agrícola com os agricultores de pequena escala locais”

---

<sup>18</sup> Em notícia de maio de 2014, a UNAC tinha apresentado esboço do Plano Nacional de Apoio a Agricultura Camponesa, uma proposta de política agrária de camponeses e camponesas a ser submetido ao Governo de Moçambique. Este Plano visa o preenchimento do vazio deixado pelos instrumentos de operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2011-2020). Notícia vinculada no site da UNAC e consultada em 10/10/2014:

<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/79-declaracao-da-assembleia-geral-ordinaria-da-unac-2014>

(ProSAVANA, Nota Conceitual 2, p. 13/14)<sup>19</sup>. O documento trata dos arranjos de fomento em muitos aspectos, com propostas para o governo monitorar os contratos entre agricultores e empresas e o apoio ao associativismo de agricultores para estabelecerem parcerias com empresas.

### **2.3 - A MUDANÇA DE POSTURA: CAMPONESES COMO PARCEIROS DO CAPITAL PRIVADO**

A prioridade aos arranjos de fomento é clara quando o documento salienta que não existe no ProSAVANA projeto para desenvolver diretamente a machamba ou distribuí-las para a comunidade ou agricultores. Caberia ao governo moçambicano o apoio direto às comunidades. Um ponto do Programa se cristaliza: não são os camponeses ou suas machambas que receberão qualquer ação do Programa, o que inclui as tecnologias pesquisadas. As ações do Programa poderão chegar indiretamente aos camponeses, através de investidores e agentes privados que se apropriem de terra para produção agrícola ou criem arranjos de fomento.

A análise desses documentos aliada a entrevistas realizadas e notícias veiculadas deixaram claras as mudanças de discurso e das estratégias apresentadas. O Programa nasce com uma intenção de promover o uso de terras do Corredor de Nacala para uma agricultura empresarial, produtivista e exportadora. Já no final de 2014 o Programa apresenta projetos para a agricultura camponesa, promovendo audiências públicas e estimulando a expansão do camponês integrado a empresas através de processos de fomento. A análise da mudança de discurso é muito difícil, por haver intenções subjacentes a essa mudança que não estão colocadas claramente. Uma hipótese levantada é que está ocorrendo uma tentativa, por parte dos proponentes do Programa, de desvincular o ProSAVANA de investidores privados estrangeiros. Mas podemos afirmar que a grande mudança observada nos diversos documentos de Plano Diretor foi a de que o camponês passou a ser considerado como “parceiro” potencial do capital privado que venha a se instalar no Corredor de Nacala.

---

<sup>19</sup> O ProSAVANA, através deste Concept Note 2, ainda trata das inquietações que os arranjos de fomento causam: “agricultores de pequena escala locais podem perder o direito de usar suas terras como resultado de celebração de contratos agrícolas, como mostram as experiências passadas durante o período colonial”. Sobre esse trecho do documento, acreditamos tratar de um erro histórico comparar os conflitos atuais de terra com a perda de terras pelas comunidades nativas no período colonial.

### **CAPÍTULO III - OS PROCESSOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE**

O Corredor de Nacala, área de atuação do ProSAVANA, compreende uma região que abrange 19 distritos e mais de 4 milhões de habitantes. A transformação pretendida pelo ProSAVANA tem se mostrado incompatível com a realidade agrária da região. Como disse um entrevistado: “Como falar em agricultura com máquinas e insumos químicos se os camponeses que vivem na região trabalham nas machambas com pouquíssimos recursos financeiros?”<sup>20</sup> Mas os documentos do ProSAVANA argumentam que os negócios privados que se instalarem na região irão promover a integração dos camponeses. Essa estratégia do ProSAVANA aliada a alguns empreendimentos privados já instalados hoje no Corredor de Nacala nos dão a dimensão de como se dará a integração: através dos processos de fomento.

Os processos de agricultura de fomento, ainda que encontrem essa nomenclatura em Moçambique, encontram semelhanças com muitos outros processos que subordinam os camponeses ao capital comercial e industrial. Há inúmeras pesquisas, no Brasil e no mundo, que relatam algumas dessas experiências. Dentre as muitas pesquisas brasileiras, utilizamos no capítulo 4 desse trabalho a pesquisa realizada por SANTOS (1978), que analisa os produtores de uva no sul do Brasil, para tratar da subordinação camponesa às empresas comercializadoras e produtoras de vinho da região.

#### **3.1 - A AGRICULTURA NO CORREDOR DE NACALA**

A agricultura de pousio é uma prática tradicional dos povos da região. Em um ano se utiliza uma área para a agricultura e no próximo ano essa área é deixada em pousio para se plantar em outra área. As machambas cultivadas individualmente por cada núcleo familiar podem ser definidas pela área contígua à residência ou áreas distantes do núcleo comunitário (Figura 4 e 5). Em uma comunidade há áreas já determinadas para as gerações vindouras, áreas sagradas, áreas para moradia e machambas (áreas de cultivo), atuais e de pousio. Os régulos ou líderes comunitários realizam a mediação em decisões sobre o uso da terra. A transferência de terra é realizada a partir de normas baseadas na linhagem familiar. A relação com a terra que o moçambicano estabelece tem mais elementos religiosos e tradicionais que econômicos.

---

<sup>20</sup> Comentário realizado em conversa com pesquisador do Observatório do Mundo Rural (OMR), organização ligada a Universidade Politécnica de Moçambique, em Maputo, no dia 25/abril/2014.



Figura 4: Machambas cultivadas ao lado da estrada de ferro Cuamba-Nampula, no distrito de Malema. Foto: Fabiano Alves. Abril de 2014.



Figura 5: Machambas cultivadas ao lado de uma palhota camponesa (casa) na vila de Chuanga, distrito do Lago (Niassa). Foto: Fabiano Alves. Abril de 2014.

O DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) é um título de concessão de terra pública à empresas e pessoas, previsto na Lei de Terras de 1997. O DUAT é concedido pelo governo de Moçambique em seus diferentes níveis, onde pequenas porções de terra ficam a cargo do governo distrital e grandes extensões (mais de 10 mil hectares) são de responsabilidade do Conselho de Ministros. Mas poucas áreas ocupadas pela população camponesa dispõem de DUAT. A legislação prevê o DUAT individual, comunitário e para empresas. Alterações recentes na legislação criaram a figura de Certificação de Terras Comunitárias, um documento com um estatuto jurídico diferente do DUAT comunitário e com menores exigências legais.

Os títulos existentes de DUAT individual estão principalmente em algumas comunidades onde a população vive aglomerada, relativamente próxima, semelhante a núcleos urbanos. Já o DUAT comunitário, conforme declaração de vários entrevistados, não tem sido emitido pelas autoridades governamentais. Em substituição a este tem sido concedido a Certificação de Terras Comunitária. Muitas dessas certificações foram concedidas nos últimos anos e isso se deu com o envolvimento de empresas e instituições estrangeiras como a MCA e KPMG. Foi possível constatar vários casos de concessão dessa certificação para exploração de madeira, onde ocorre uma taxa paga por empresas exploradoras às comunidades.

O milho é uma cultura básica na agricultura camponesa, estando presente em 9 em cada 10 explorações do Niassa e 7 em cada 10 de Nampula e Zambézia, além de ter a maior área cultivada, comparado a outras culturas, em qualquer província do país. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010). O milho está presente na alimentação do moçambicano, ingrediente de vários pratos como a xima<sup>21</sup>. É cultura importante para a subsistência e reprodução do campesinato. O rendimento do milho no Corredor de Nacala é de 1,3 ton/ha, enquanto o rendimento na África do Sul é de 4,7ton/ha (PROSAVANA, 2013) e isso é usado como pretexto para o ProSAVANA. A expansão de empresas avícolas na região tem feito aumentar ainda mais a demanda por milho.

Os feijões (principalmente bôer e nhemba) também são muito cultivados pelas famílias como alimento. Do feijão nhemba se usa os grãos e também as folhas para a produção de pratos, como a nhangana. A soja talvez seja a cultura que reflita o processo atual do capital privado em Moçambique. A cultura foi cultivada no período colonial mas praticamente zerou sua produção no período da guerra civil. Hoje há muitas lavouras comerciais de soja no Corredor de Nacala e o uso da cultura pelas empresas avícolas só aumenta a demanda interna.

As trocas de excedentes agrícolas ocorrem em mercados nas maiores cidades (como foi possível conhecer em Lichinga e Nampula) e em barracas e capulanas<sup>22</sup> estendidas no chão

---

<sup>21</sup> Também conhecida como upshwa, a xima é um dos pratos mais populares de Moçambique. O principal ingrediente da xima é a farinha de milho ou, dependendo da região, a farinha de mapira. A xima funciona como acompanhante de outro prato com molho, principalmente o caril de frango ou o peixe ao molho de tomate.

<sup>22</sup> Capulana é o nome que se dá em Moçambique a um pano que, tradicionalmente, é usado pelas mulheres para cingir o corpo, fazendo o papel de saia, podendo ainda cobrir o tronco e a cabeça. São também usadas para a mãe prender a criança junto ao seu corpo. As capulanas são de muitas utilidades, podendo ainda ser esticadas no chão para a criança brincar ou para dispor a produção da machamba. Utilizada largamente em todo o país, a capulana constitui-se num elemento da riqueza cultural do país.

por qualquer rua ou estrada da região. Com exceção dos processos de fomento, o camponês vende seus excedentes ele mesmo em comunidades próximas à que vive.(Figura 5)



Figura 5: Venda de legumes e hortaliças nas ruas da cidade de Nampula. Foto: Fabiano Alves. Abril de 2014.

Na capital Maputo muitos alimentos processados encontrados à venda são importados. Mas a crença de que todo o país se alimenta de produto estrangeiro não é verdadeira, pois “toda população de fora das grandes cidades vive de alimentos produzidos localmente e o país é autosuficiente em milho, mandioca, feijões e carne de frango”, conforme declaração do entrevistado da ONG Justiça Ambiental (entrevista realizada em Maputo, em 6/2/2014). Problemas de falta de processamento da produção agrícola e de estruturas de logística e armazenamento são primeiramente apontados para justificar a carência interna de alimentos no país.

Quase não há empresas que façam o processamento e o armazenamento da produção. Algumas comunidades dispõem de pequenas unidades de descaroçamento, primeiros processamentos e armazéns, estruturas criadas por investidores e ONG’s internacionais. Os processos de agricultura de fomento são os mais comuns nos casos em que um agente comercial ou industrial induz a produção de determinada cultura junto à comunidade.

### 3.2 - OS PROCESSOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE

O termo de agricultura de fomento usado em Moçambique se refere a arranjos produtivos entre produtores agrícolas e agentes econômicos compradores. Esses arranjos recebem outros dois nomes na literatura: *contract farming* e *outgrower schemes*. O primeiro termo é definido pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), em site dedicado a disponibilizar informações sobre o tema, como um “mecanismo para coordenar relações entre agricultores e firmas do agronegócio”<sup>23</sup>. SILVA (2005) em estudo sobre o assunto apresenta 3 diferentes modalidades para esse arranjo contratual. Na primeira, chamada de “*market specification*” a transação entre produtores e compradores é combinada quanto aos termos do que produzir (produto e atributos de qualidade) e quais são os compromissos para compra futura (datas, localização e preço). A segunda modalidade, chamada de “*resource providing*” inclui os compromissos da primeira mais o fornecimento de insumos produtivos, que serão pagos na entrega da produção. Na terceira, chamada de “*production management*”, produtores e compradores combinam a tecnologia usada na produção e o possível fornecimento de orientação sobre como produzir pelos compradores. De uma forma geral, sintetiza o autor, o termo *contract farming* refere-se a uma forma de “governança da cadeia de abastecimento adotado por empresas para garantir o acesso aos produtos agrícolas, matérias primas e insumos, atendente às especificações de qualidade, quantidade, localização e horários desejados” (SILVA, 2005, P. 11). Já o termo *outgrower schemes* é tratado como sinônimo de *contract farming*, principalmente no sul e no leste da África.<sup>24</sup>

Os processos de agricultura de fomento se configuram em uma relação social através da qual ocorre a inserção do camponês na economia capitalista. O camponês envolvido com esses processos tem como traço marcante uma inserção mais profunda na relação social capitalista, o que o diferencia dos demais envolvidos com a produção simples dos meios de vida e comércio informal de pequenos excedentes. O fomento é muito comum em arranjos produtivos que se estabelecem na agricultura de Moçambique, como na produção de tabaco e algodão. Mas estão sendo usados em outras culturas, como o milho e a soja, acompanhando a expansão da exploração comercial dessas culturas.

<sup>23</sup> O site mantido pelo FAO é: <http://www.fao.org/ag/ags/contract-farming/index-cf/en/>, consultado em 30/1/2015.

<sup>24</sup> Informações consultadas em [http://en.wikipedia.org/wiki/Contract\\_farming](http://en.wikipedia.org/wiki/Contract_farming) no dia 21/1/2015.



A agricultura de fomento é a forma como é chamada em Moçambique arranjos produtivos em que um agente econômico adquire produção camponesa. Não se trata de um processo semelhante às vendas que os camponeses realizam nos mercados informais, nas ruas, vilas e estradas do país, bem como as vendas em pequenas feiras e mercados. No fomento, há uma complexidade maior de relações pois o agente comprador estimula a produção camponesa, se compromete a comprá-la e oferece insumos para isso.

Nesses processos, um agente econômico, que pode ser uma empresa de comercialização ou processadora ou ainda pequenos atravessadores comerciais, estabelece um acordo com um grupo de famílias camponesas. Por este acordo, o agente econômico fornece um ou mais fatores de produção para os pequenos agricultores, numa ação de fomentar a produção de determinada cultura. Os fatores podem ser sementes, insumos, defensivos, ferramentas, extensão rural ou crédito. O camponês que adere ao fomento faz uso dos fatores de produção fornecidos e cultiva a cultura em sua própria terra ou em terra comunitária, em área que não pertence ao agente econômico fomentador da produção. O agente econômico se compromete a adquirir a produção final do camponês ou pequeno agricultor. No momento da transferência da produção, são descontados os valores dos fatores de produção fornecidos ao camponês do preço pago pela produção. Preços e custos dos fatores não são necessariamente combinados, sendo os valores tratados muitas vezes no momento da entrega da produção.

Hoje os processos de agricultura de fomento abarcam tanto culturas de rendimento como culturas alimentares no país. O fumo e o algodão são as duas culturas que têm sua produção quase total em Moçambique através de processos de fomento. São duas culturas têm sua exploração comercial em Moçambique datadas do período colonial e ainda hoje são destinadas principalmente à exportação. O tabaco e o algodão têm sua produção por fomento concentrada nas províncias do norte do país, região onde se localiza o Corredor de Nacala.

O tabaco é principalmente produzido nas províncias do Niassa, Zambézia, Nampula e Tete e, coincidentemente, está muito presente em distritos que fazem parte do Corredor de Nacala. Em 2011 foram produzidas 70.000 toneladas do produto e as suas exportações representaram 40,5% das exportações totais agrícolas. Neste ano havia 130.000 agricultores produzindo tabaco sob processos de fomento, além de milhares de trabalhadores agrícolas sazonais e outros que participam da comercialização e do processamento da folha do tabaco. A Mozambique Leaf Tobacco (MLT), filial local da Universal Leaf Tobacco é a segunda empresa que mais emprega em Moçambique, com cerca de 6.000 trabalhadores. É

considerada a atividade agrícola de maior expressão em Moçambique, devido a mobilização de trabalhadores e agricultores e pelo valor das exportações. (NINO, 2014). A MLT é a única unidade de processamento da folha do tabaco no país e outra parte da produção moçambicana é processada no Malawi, Zimbabwe e Zâmbia, onde o tabaco chega pela ação de atravessadores e empresas de comércio de tabaco. Esse quadro se reflete em poucos compradores do tabaco em folha, o que cria condições para os processos de fomento.

No fomento do tabaco, os agentes econômicos que têm interesse no produto (compradores) assinam contratos de produção com cada um dos produtores, aos quais fornecem antecipadamente insumos de produção (sementes, fertilizantes, defensivos e equipamentos) e se comprometem a comprar o produto final. As famílias produtoras não têm recursos acumulados para comprar os insumos, tampouco acesso ao crédito, por isso o fomento é fundamental. A produção do tabaco atinge hoje altos níveis em Moçambique seguramente devido ao fomento promovido pelos compradores do produto. No início dos anos 2000 o governo regulou o mercado criando áreas de concessão para a atuação exclusiva de um agente comerciante. Em cada área de concessão, apenas um agente foi autorizado a estabelecer contratos de fomento com os camponeses. Neste caso, são criadas áreas com monopólio de um agente comerciante, o que confere a ele um poder na negociação do produto. Um exemplo evidente de como o Estado age promovendo o monopólio em algumas áreas, que aumenta a exploração da produção camponesa pelo capital a partir dos preços pagos, O papel é claro do Estado em promover as condições favoráveis à acumulação do capital.

O cultivo do algodão envolvia mais de 300 mil famílias camponesas em 2011. A indústria de processamento é também responsável por mais de 20.000 empregos assalariados (incluindo empregos sazonais). A produção familiar representa quase 97% da produção total, quase toda via processos de fomento. No ano de 2010 a produção de algodão em caroço foi de pouco mais que 41 mil toneladas no país. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2011)

O algodão necessita de processamento (descaroçamento) antes da venda final, o que resulta na limitação do número de compradores. Esse pequeno número de compradores dá mais condições para os arranjos de fomento. A qualidade do algodão produzido depende fortemente do uso de insumos químicos no campo. O pulverizador é um instrumento também de grande importância para a cultura. Como o mercado de insumos e crédito é deficiente em Moçambique, o fornecimento de insumos e pulverizadores pelos compradores se torna fundamental na produção do algodão.

No Corredor de Nacala foi possível constatar muitos casos de fomento para o milho e a soja em andamento. A cultura da soja foi cultivada no período colonial mas praticamente zerou sua produção no período da guerra civil. Os processos de fomento de soja chamam a atenção por ela não ser uma cultura tradicionalmente cultivada pelos camponeses nem fazer parte de sua alimentação. Isso mostra que a expansão do cultivo da soja que hoje se opera em Moçambique está mais associada a interesses comerciais do que à segurança alimentar. Um importante Diretor de Serviços do MINAG declarou que o país está de olho na expansão da produção de soja para atender aos mercados asiáticos, que estão próximos de Moçambique e poderiam gerar divisas para ajudar nas deficitárias relações do país com o exterior.

O milho é cultivado em todo o país, em 76% das pequenas e médias explorações do país (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010), sendo a cultura que está presente em mais machambas de Moçambique. Mas os processos de fomento que surgem nessas duas culturas são estimulados pelos capitais comercial e industrial que destinam a produção para cadeias de valor que se desenvolvem rápido no país: óleos vegetais e, principalmente, ração para a produção de aves.

O elemento a ser destacado nos processos de fomento é que o camponês produz em sua própria terra. Os agentes que promovem o fomento não são responsáveis por organizar a produção ou ritmo de trabalho, que fica a cargo do camponês, suas famílias ou grupo de famílias associadas. Não há relação de assalariamento ou pagamento pelo trabalho. O que se paga é pela produção.

O fomento é uma relação não capitalista de produção e, portanto, é um processo resultado do movimento contraditório da acumulação do capital. Esse mesmo processo de acumulação que determina a apropriação de terra camponesa pelo capital privado também sujeita o camponês, seu trabalho e sua produção, à circulação capitalista da produção através da agricultura de fomento.

### **3.3 - O PROSAVANA E OS PROCESSOS DE FOMENTO**

A mudança de postura do ProSAVANA na busca da integração do camponês da região aos empreendimentos agrícolas passa pelos processos de fomento. O fomento já é muito praticado em Moçambique em diversas culturas, principalmente no norte do país, e o

ProSAVANA lança mão desses arranjos para fazer valer o objetivo de expandir a produção agrícola na região.

Mas os processos de fomento, ao se constituírem uma relação não capitalistas de produção, representa uma contradição na modernização agrícola e expansão da produção em curso no Corredor de Nacala. Sob essa relação social de produção ocorre a inserção do camponês à totalidade capitalista. Essa inserção se faz com a transferência de valor produzido pelo camponês aos agentes comerciais e industriais promotores do fomento, dentro do processo de reprodução ampliada do capital. Assim, se faz importante entender como o fomento se manifesta hoje em Moçambique e quais as relações do ProSAVANA com essa relação social de produção.

O ProSAVANA, ao financiar, incentivar e apoiar os processos de fomento, segue seu objetivo de “apoiar o desenvolvimento agrícola com base na economia de mercado” aliado ao uso de arranjos locais de produção que promovam a “integração dos camponeses à empresas agrícolas”. Com os processos de fomento, o ProSAVANA pretende expandir a produção agrícola no Corredor de Nacala através de relações não capitalistas de produção. O programa segue a estratégia de incentivar processos de fomento como protagonistas do desenvolvimento agrícola, onde a participação da agricultura camponesa se faria a partir da subordinação do campesinato à empresas comerciais e industriais.

O ProSAVANA apresenta discursos e ações que estimulam empresas a trabalhar com processos de fomento no país. O Plano Diretor usa os termos *contract farming e outgrower schemes* para se referir à relação dessas empresas com os camponeses. Processos de fomento já foram incentivados com crédito do programa e a divulgação dos resultados de pesquisa do IIAM é de interesse de muitos agentes promotores do fomento.

#### **a – Os projetos pilotos de *contract farming* financiados pelo ProSAVANA**

Sob o acordo tripartite do ProSAVANA, foi lançado em setembro de 2012 um fundo com recursos do governo japonês para financiar empresas agrícolas selecionadas no Corredor de Nacala. Um comitê composto pela GAPI (instituição financeira privada moçambicana), pela Direção Provincial de Agricultura (DPA) - Nampula e pelos gestores do ProSAVANA foi formado para gerir esse fundo, escolher as empresas receptoras de recursos e acompanhar os resultados. Em novembro de 2012, 5 empresas foram escolhidas para desenvolver a produção

de sementes, culturas e produtos hortícolas como milho, soja, feijões e gergelim, envolvendo pequenos produtores em diferentes regimes de *contracts farmings*.

Os projetos pilotos tinham o objetivo principal de testar diferentes modalidades de *contract farming* entre pequenos agricultores locais (small-scale farmers) e empresas privadas (private sector partners) para a produção de culturas e sementes. Os projetos pilotos selecionados reuniam 932 agricultores locais envolvidos com diferentes *contract farming* com 5 companhias de agronegócio locais. A área conjunta cultivada pelos agricultores locais e de áreas próprias totaliza 1.370 hectares. As companhias escolhidas pelo comitê gestor do fundo em outubro de 2012 foram: Matharia Empreendimentos, em Ribaué; Lozane Farms do Alto Molocué (Zambézia); A Empresa de Sementes Owera; Santos Agrícola, em Namialo; e a Ikuru. O comitê gestor dos recursos apresentou uma inicial avaliação dos créditos concedidos e do desempenho da produção por *contract farming* das empresas.

EKMAN e MACAMO (2014) citam declaração de uma pessoa da equipe técnica da JICA argumentando sobre os projetos-piloto financiados com recursos do ProSAVANA. O técnico afirma que os *contracts farmings* são formas mais fáceis para financiar pequenos produtores e que os projetos-piloto poderão demonstrar aos investidores como as atividades podem ser bem implementadas em colaboração com as comunidades.

#### **b – Parcerias do IIAM e EMBRAPA com empresas de *contract farmings***

Foi possível constatar que empresas já consolidadas hoje e que trabalham com o regime de agricultura de fomento têm relações estreitas com o IIAM e com a EMBRAPA. São empresas que participam de eventos, seminários e cursos promovidos pelo IIAM para absorver os resultados das pesquisas realizadas pelo instituto e seus parceiros, o que inclui a EMBRAPA e as pesquisas do ProSAVANA.

Em abril de 2014 ocorreu o primeiro Seminário Internacional de Divulgação dos Resultados da Investigação Agrária em Nampula. EMBRAPA, JIRCAS e IIAM, além de outros institutos de pesquisa, apresentaram suas pesquisas (inclusive aquelas desenvolvidas no âmbito do ProSAVANA). Neste seminário o público foi composto, entre outros atores, por representantes de empresas interessadas nas pesquisas agrícolas realizadas<sup>25</sup>. Havia dois

---

<sup>25</sup> Havia representantes das entidades da sociedade civil que apresentaram questionamentos incisivos quanto ao ProSAVANA.

representantes da Ikuru neste seminário. Além disso, foi declarado em conversas com pessoas da EMBRAPA e IIAM que esses institutos já estabeleceram parcerias com a TechnoServe<sup>26</sup> para transferência de pesquisas desenvolvidas por esses institutos.

O canal de divulgação das pesquisas estabelecido entre IIAM/EMBRAPA e outros institutos com empresas que trabalham com *contract farmings* tem como motivação, entre outras, a demanda que essas empresas têm de conhecimento e tecnologia na área agrícola. Essas empresas desejam expandir seus negócios e seus processos de acumulação de capital com o uso de melhorias técnicas no processo produtivo, o que inclui sementes melhoradas.

Não foi possível fazer um inquérito sobre as transferências de conhecimento do IIAM/EMBRAPA para o serviço público de extensão agrícola nem tampouco para o componente de Extensão e Modelos (PEM) do ProSAVANA. O que foi possível constatar em campo é que o serviço público de extensão agrícola, conduzido pelo MINAG através de sua Direção Nacional de Extensão Agrária, apresenta muitos problemas que se traduzem em um serviço que atende hoje à poucos camponeses, com pessoal e estrutura reduzidos. Observou-se também que o componente de Extensão e Modelos do ProSAVANA não tinha, até maio de 2014, nenhuma ação efetiva em campo. Isso é, nenhum extensionista estava trabalhando por esse componente e nenhum camponês havia sido capacitado com novas técnicas.

### **c – O estímulo ao fomento no Plano Diretor**

O primeiro documento do Plano Diretor traz várias referências aos processos de fomento ou *contract farmings*, em sua versão totalmente em inglês. Ele incentiva investidores a promoverem empreendimentos agrícolas em terras camponesas. Isso se daria através de “arranjos contratuais” e processos de fomento. Nestes casos, as comunidades locais são vistas como fornecedoras de mão de obra e parceiras do setor privado. Este busca acesso à terra e a excedentes de produção agrícola. O rendimento familiar seria assim expandido com a comercialização de excedentes produzidos via fomento.

---

<sup>26</sup> A TechnoServe, que se apresenta com o slogan “business solutions for poverty” (soluções de negócios para pobreza), trabalha em mais de 40 países na África, América Latina e Ásia com milhares de agricultores. Ela provê assistência técnica (principalmente gerencial) e crédito à organizações comerciais e industriais que adquiram a produção de pequenos agricultores. Atua em Moçambique desde 1998 e nos últimos 5 anos os negócios assistidos pela TechnoServe no país compraram matérias primas fornecidas por mais de 154.000 pequenos produtores. A TechnoServe assiste diretamente empresas que trabalham com fomento.

Esse documento mostra 8 *Quick Impact Projects* (QIP) ou Projetos de Rápido Impacto como prioritários para serem realizados por investimento privado por empresas do agronegócio. Uma rápida análise desses projetos evidencia a tendência do programa de privilegiar arranjos produtivos de agricultura de fomento (ou *contract farmings*) quando trata de ações protagonizadas pelo setor privado:

Tabela 1: Os projetos de rápido impacto previstos com investimento privado

Nº	Nome do Projeto	Local do Projeto
1	A expansão de negócios avícolas	Distrito de Lichinga
2	Promoção de <i>out-grower schemes</i> para produção de soja	Distrito de Lichinga
3	Desenvolvimento de uma fábrica de processamento de mandioca e promoção de <i>contract farming</i> com os pequenos agricultores para a produção de mandioca e outras culturas	Distritos de Malema, Cuamba e Gorue (Região de Lioma)
4	Promoção de <i>out-grower schemes</i> para produção de soja	Distrito de Gorué
5	Promoção da produção de sementes através de fornecedores ( <i>out-growers</i> ) sob arranjos de <i>contract farming</i>	Distritos de Ribaué e Mecuburi
6	Projetos de revitalização da indústria de chá: promoção de <i>out-grower schemes</i> para a produção de chá	Distrito de Gorué
7	Promoção de <i>contract farmings</i> para a produção de culturas com pequenos agricultores	Distrito de Meconta (Namialo) e Distrito de Ribaué (Iapala)
8	Estabelecimento de usina para produção de farinha e alimentos para a avicultura (através de cooperativas)	Distrito de Cuamba

Fonte: ProSAVANA, Master Plan.

Já no Concept Note 2 é novamente possível constatar que o programa privilegia a agricultura de fomento para atingir seus objetivos de desenvolvimento agrícola. Surpreendentemente esse documento não utiliza em nenhuma de suas 19 páginas a expressão *contract farmings*

(diferente do ProSAVANA Master Plan, que vazou na internet, onde as referências a esse mecanismo são dezenas). Ao invés disso, os projetos com *outgrower schemes* ganham expressivo destaque, sendo apresentados como uma estratégia base do programa para a expansão da produção agrícola. Justifica que os esquemas de agricultura de fomento já estão a ocorrer no Corredor de Nacala nos últimos anos, gerando “ganhos para ambas as partes, entre agricultores locais e operadores do agronegócio”.



## **CAPÍTULO IV - A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO E A REPRODUÇÃO DOS PROCESSOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE**

O fomento, como visto anteriormente, é uma relação social de produção já existente em Moçambique e o ProSAVANA faz uso dela para expandir a produção agrícola no Corredor de Nacala com o uso das tecnologias pesquisadas. Os processos de agricultura de fomento ocorrem em outros lugares do mundo, mas tem suas especificidades históricas e geográficas em Moçambique. Isso nos leva a procurar entender a transformação que passa o camponês que adere aos arranjos de agricultura de fomento bem como os processos que são responsáveis pela reprodução do fomento em Moçambique.

### **4.1 - A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO: O CAMPONÊS PRODUTOR DE MERCADORIAS**

O camponês que passa a produzir em sua machamba para arranjos de fomento se diferencia dos demais camponeses que habitam o campo de Moçambique. Assim, nos evidencia as questões de como se dá a transformação do camponês que adere aos processos de fomento e quais os elementos para tratarmos essa transformação como uma recriação do camponês moçambicano.

O campesinato moçambicano vive e produz em sua própria terra. A partir da determinação jurídica de que a terra pertence ao Estado de Moçambique (presente na constituição do país), é criado o instrumento de cessão de terras pelo Estado, o DUAT. A legislação diz ainda que qualquer moçambicano tem direito sobre a terra que faz uso. Na prática, foi possível perceber que a vasta maioria dos camponeses do país não possui do título de DUAT. O que determina a posse da terra são regras tradicionais, com base em laços familiares. O que determina o uso da terra são as necessidades da família e do grupo, seguindo tradições e práticas agrícolas próprias. O que é importante salientar aqui é que, mesmo não existindo propriedade privada da terra, o camponês em Moçambique se apropria da terra que ele faz uso.

A posse da terra usada para sua reprodução é uma característica fundamental da existência do camponês. Isso porque a posse da terra pelos camponeses garante a eles a propriedade do que é produzido nessa terra. Outro elemento é que a posse camponesa da terra confere à família

camponesa autonomia para produzir e para desenvolver estratégias orientadas à sua reprodução enquanto grupo social.

Uma característica dos processos de fomento é o não assalariamento dos camponeses, bem como dos familiares envolvidos com a produção<sup>27</sup>. Eles são remunerados pelo produto que entregam a quem fomentou a produção. O camponês envolvido pelo fomento não recebe salário e sim pagamento pela produção entregue, nas bases combinadas previamente com o comprador/ fomentador. É na remuneração da produção camponesa pelos agentes promotores do fomento que está a chave para o entendimento da produção de valor pela agricultura camponesa e também da apropriação privada desse valor.

Assim, a produção via fomento é caracterizada por se realizar em terra camponesa e com uso de trabalho da família camponesa. Representam concretamente trabalho adicional a aqueles trabalhos destinados à reprodução tradicional camponesa. Esse trabalho adicional e diferente daqueles destinados à sua reprodução simples é incorporado ao produto a ser transferido ao agente fomentador. Ainda assim, ele continua sendo um camponês.

A produção capitalista na agricultura pressupõe a dissolução da relação de posse do homem que trabalha com a terra e seus instrumentos de trabalho, restando a ele a proletarização. Já no fomento, o camponês envolvido se insere no modo de produção capitalista mantendo a posse (ou direito de uso) da terra e sua condição de trabalhador na terra. Assim, ao mesmo tempo, ele não se configura plenamente nem como um capitalista nem como um proletário e sua singularidade está na produção de valor e sua inserção à reprodução do capital. Na produção camponesa via processos de fomento, o trabalho excedente do produtor não é apropriado pelo capital no interior do próprio processo de trabalho. O camponês, neste caso, não foi expropriado de seus meios de produção bem como a apropriação de seu trabalho excedente não se dá por relações de trabalho assalariadas. As relações sociais envolvidas com os processos de fomento são vistas, assim, como relações não capitalistas de produção.

A teoria do balanço trabalho-consumo de Chayanov nos dá alguma luz para entender as transformações na condição do camponês que se liga às práticas de fomento. Chayanov tem suas pesquisas centradas no campesinato russo do começo do século XX e a leitura de seus

---

<sup>27</sup> Vale destacar que as mulheres, nas sociedades matrilineares do norte de Moçambique, são as responsáveis pela produção de alimentos na machamba e, em muitos casos, são as únicas provedoras de trabalho para o que é produzido via fomento.

trabalhos nos leva a destacar a resistência camponesa em se manter existindo, conforme assinalado por ALMEIDA (1997). Sua teoria do balanço trabalho-consumo trata de aspectos da lógica própria do camponês, a partir de suas diferenciações internas. Segundo Chayanov, a diferenciação que ele observava no campesinato russo, sua heterogeneidade, tinha como base uma “racionalidade que partia da família para a terra”. Assim sendo, a diferenciação resultava sobretudo de ações pautadas numa avaliação própria subjetiva do camponês sobre as necessidades de seu núcleo familiar e na disponibilidade de força de trabalho entre os membros da família em idade ativa. A reprodução social da família camponesa é a intenção final do camponês nas suas decisões e isso parece freiar o movimento de uma proletarização inevitável.

Por sua teoria, a lógica de funcionamento da produção camponesa tem como principal objetivo a reprodução da família e da sua condição de camponês. Por essa lógica, o camponês expande ou reduz o uso de terra e de trabalho de acordo com a satisfação de suas necessidades e, pelo menos, o essencial de sua reprodução. E, como uma diferenciação de estratégia para garantir essa reprodução, o camponês pode se lançar em atividades não agrícolas.

A essência no pensamento de Chayanov é que o campesinato se recria para manter sua própria reprodução como segmento social. A lógica de reprodução do camponês é diferente da lógica capitalista. Sua produção visa o seu provisãoamento e a renda camponesa adquirida por meio de outros trabalhos é resultado do balanço trabalho-consumo. Isso segue uma lógica de reprodução interna à unidade camponesa. Mas essa recriação passa também pelo relacionamento com processos de geração de valor que estão fora do agregado camponês. O processo do capital, visto em sua totalidade, irá engendrar novas relações não capitalistas com a família camponesa. E, através dessas relações contraditórias, ocorre a geração de valor ao mesmo tempo em que ocorre a reprodução camponesa.

Podemos enxergar os processos de fomento na agricultura de Moçambique como resultado da estratégia de reprodução do camponês associada ao desenvolvimento desigual do capitalismo. Foi comum escutar que entre famílias que praticavam o fomento no país, para a produção de tabaco e de algodão, havia casos de abandono da machamba destinada à produção de alimentos. Nestes casos, prevaleceu o objetivo, a partir de uma lógica interna do camponês, de se dedicar mais à produção comercial que à machamba que fornece alimentos para a reprodução familiar. Até onde se viu através desta pesquisa, os processos de fomento

canalizam boa parte do trabalho camponês para a cultura fomentada. Mas isso parece estar longe de afastá-lo da condição de camponês e de aproximá-lo da lógica capitalista de reprodução da unidade produtiva.

MOSCA (2014a) salienta que a criação de novas funcionalidades na economia moçambicana relacionadas a um padrão de acumulação centrado em setores não agrícolas ou no mercado externo, são responsáveis pela integração camponesa à atividade capitalista. Ele argumenta as razões da persistência de empresas produtoras de bens exportáveis (como no caso do algodão e da copra), que continuaram a produzir em Moçambique após a independência, um período que ofereceu muitas dificuldades às empresas privadas. Segundo o autor, essas empresas estavam integradas à cadeias de valor, onde o objetivo era a acumulação que se realizava no exterior. E essas cadeias de valor se iniciavam com a produção de pequenos produtores em Moçambique, isto é, os camponeses.

Partindo da análise de MOSCA (2014a), argumentamos aqui que os processos de fomento são hoje responsáveis pelo aprofundamento do vínculo do campesinato moçambicano com o mercado e, ao mesmo tempo, redefinem o lugar do camponês na economia capitalista que se desenvolve no país. Os processos de fomento se baseiam num padrão de acumulação centrado em setores não agrícolas (como os setores de óleos vegetais e rações para aves a partir do uso do milho e da soja e que se expandem intensamente hoje no país) ou na acumulação centrada no mercado externo (como o fumo e o algodão que abastecem as indústrias em outros países). Assim, através do fomento o camponês se integra à atividade capitalista que prospera em Moçambique a partir de uma padrão de acumulação que se situa fora da atividade agrícola camponesa.

O fomento pressupõe o cultivo do camponês em sua própria terra. Mas a relação do camponês moçambicano com a terra vai além de extrair a produção para venda. A terra representa a relação que o moçambicano tem com seus antepassados e tem um papel importante na religiosidade dos povos que habitam o país. O fato de a terra ser um símbolo sagrado para as comunidades camponesas é um outro fator que contribui para que a terra, em arranjos de fomento, não se reduza somente a um meio de se produzir mercadorias.

Os processos de fomento são bem vistos em Moçambique por representar uma oportunidade de geração de renda para os camponeses sem tirá-los de sua terra. Outro ponto a seu favor é

que o fomento está baseado em regras de mercado, uma filosofia presente hoje nos discursos e ações do governo e de programas externos.

#### **4.2 - HETEROGENEIDADE DOS CAMPONESES DO FOMENTO**

As populações nativas que vivem na terra e da terra em Moçambique atingem 70% da população total do país. No Corredor de Nacala, o quadro não é diferente. São 4 milhões, vivendo em vilas e aldeias e no entorno de agregados urbanos. Assim se faz imperiosa a desnaturalização do conceito de camponês para não se tratar as populações do Corredor de Nacala como camponeses previamente determinados pela condição de habitar a região.

Podemos diferenciar segmentos de camponeses, dentro desse agregado aparentemente uniforme de povos que habitam a região, a partir da abstração da produção camponesa vista como mercadoria. Assim caracterizamos diferenciações internas do campesinato moçambicano através da observação do fomento como uma das formas de relação com o modo de produção capitalista, com sua natureza e grau de relação específicos. Os camponeses inseridos nos processos de fomento irão se diferenciar daqueles que se reproduzem unicamente através do trabalho na terra sem a intermediação da mercadoria. Irão se diferenciar também dos camponeses que estabelecem relação com o modo capitalista de outra natureza, como a assalariada. Mas os camponeses envolvidos com processos de fomento passam a ser vistos como classe, já que participam do processo de reprodução ampliada do capital.

As relações tradicionais de reprodução camponesa são operadas através da terra camponesa, com seu trabalho e sua autonomia, para garantir seus meios de vida e sua reprodução. Entendemos aqui que o camponês inserido nos circuitos de produção de valor através de processos de fomento mudará sua relação com a terra ao inserir em sua racionalidade a produção de mercadoria. E nessa nova relação está subjacente a transferência de trabalho sob a forma de produto ao capital comercial e industrial. Essa transferência irá se configurar através de uma subordinação da produção camponesa aos circuitos de circulação e realização do valor.

O capital para se manifestar no campo através da produção agrícola não precisa necessariamente adquirir a terra e controlar a produção da mercadoria (territorialização do capital). Ele pode, e assim entendemos que ocorre com a agricultura de fomento, criar mecanismos de controle do processo produtivo sem desterritorializar os camponeses e criando relações de subordinação deste (monopolização do território). OLIVEIRA (2004) trabalha com o conceito de monopolização do território para explicar como o capital subordina o território camponês com relações não capitalistas de produção. O capital **cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar**. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social” (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

ALMEIDA (2006) fala da “especificidade camponesa” centrada no seu não-desaparecimento. Em Moçambique, o fomento leva à recriação camponesa e, ao mesmo tempo, à sua criação como classe. Essa recriação permite a acumulação do capital como também representa sua negação, manifestada na luta contra a transferência de renda e na luta pela terra de trabalho. O desenvolvimento do capital traz essa contradição: ao criar e recriar o campesinato como classe, portanto inserido ao processo ampliado de produção de valor, também cria a luta contra a forma de inserção da classe camponesa a esse processo.

Ao se manter existindo como classe não totalmente enquadrada nem à condição de proprietário de terra, nem a de proletário, essa classe se caracteriza por manter relações não capitalistas de produção. A acumulação de valor sob a lógica capitalista pressupõe a expropriação desse valor de uma classe por outra. Ao definirmos o campesinato moçambicano integrado aos processos de fomento como classe, depreendemos que está em curso uma expropriação de valor da produção camponesa que será realizada pelo capital comercial e industrial fora do território camponês.

O fomento, olhado como uma relação não capitalista engendrada pela reprodução do capital, gera acumulação mas também carrega consigo lutas contra contradições inerentes à própria reprodução do capital. São lutas contra a subordinação dos camponeses e luta para se manterem na terra.

### 4.3 - A REPRODUÇÃO DOS PROCESSOS DE FOMENTO

As relações não capitalistas de produção reproduzidas em Moçambique através dos processos de fomento nos levam à questão de entender as condições de sua reprodução. Para chegar a esse entendimento, primeiro vamos passar pelas duas principais teses que interpretam a existência do campesinato nos dias atuais e, conseqüentemente, da persistência atual de relações não capitalistas no campo.

Há duas correntes teóricas que dão um primeiro entendimento do processo de desenvolvimento do capitalismo sobre o campo e da existência de relações camponesas. Uma que tem como essência tratar o camponês como resquício de relações que, atrasadas em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo, teriam como destino sua extinção pela marcha histórica desse mesmo processo. Estão nessa linha de pensamento Lênin e Kaustky. A outra corrente está centrada na ideia de recriação do campesinato, marcada por novas formas de exploração dentro da totalidade capitalista. Para os autores dessa corrente, como fala OLIVEIRA (1987): o próprio capitalismo dominante gera tanto relações de produção capitalistas como não capitalistas, combinadas ou não, resultado do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. Essa segunda linha abre espaço para melhor se entender a persistência atual de relações não capitalistas no campo de Moçambique e se pensar o que leva os processos de fomento a serem expandidos e estimulados.

A recriação camponesa, como um fenômeno que ocorre em escala mundial, encontra entraves para seu entendimento quando usamos teorias que apontam para seu desaparecimento, o que dependeria da transformação da produção camponesa em produção familiar comercial. A recriação camponesa pode ter um outro olhar que enxerga as razões desse fenômeno na lógica da reprodução ampliada do capital.

Relações não capitalistas de produção estão presentes em diversos períodos da história recente do capitalismo bem como em diversas regiões do mundo. Os casos concretos dessa relação na agricultura são muito pesquisados e no Brasil há muitos exemplos, como a produção de tabaco e de frangos. OLIVEIRA (1996) trabalha com a teoria do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório para explicar a persistência dessas relações no seio do capitalismo moderno que se estabeleceu na agricultura brasileira. A reprodução capitalista avança sobre o campo brasileiro estabelecendo contraditoriamente relações especificamente capitalistas junto com relações não capitalistas de produção. O monopólio do capital sobre a circulação leva à

subordinação camponesa e à exploração de sua produção através de relações de produção não capitalistas. O conceito de desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção nos dá o entendimento de que a reprodução ampliada do capital se faz com a articulação de relações tipicamente capitalistas (assalariadas) combinadas com relações sociais não capitalistas.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo em sua totalidade ocorre movido por suas contradições, o que caracteriza esse desenvolvimento como desigual e contraditório. O próprio capital “lança mão” de relações não capitalistas de produção em seu desenvolvimento geral. Esse é um movimento tanto intrínseco quanto necessário ao capital, que vai na direção da sua lógica de se apropriar de terras e criar trabalho assalariado e também na direção contrária (e contraditória) de reproduzir relações não capitalistas no campo.

OLIVEIRA (1996) salienta dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. Um mecanismo se daria pelo monopólio do capital sobre a produção no campo, onde o capitalista adquire a terra e o controle da produção. Ele chama esse processo de territorialização do capital e cita como um exemplo a agroindústria açucareira no Brasil. No outro mecanismo, ocorre o monopólio do capital sobre a circulação, através do qual são criadas formas de controle do processo produtivo sem desterritorializar o camponês e redefinindo relações camponesas de produção familiar. Neste caso o autor nomeia o processo de monopolização do território e cita como exemplos no Brasil as famílias plantadoras de fumo e o camponês produtor de uva.

MARTINS (1981) nos mostra que relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital. Mesmo que o produtor preserve a propriedade da terra e nela trabalhe sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando somente o seu trabalho e de sua família, ao mesmo tempo cresce sua dependência em relação ao capital. A essência do pensamento de MARTINS (1981) aqui está tanto na dependência do produtor (em relação ao crédito bancário ou intermediários, por exemplo) quanto na propriedade privada da terra. Nesse caso, a relação da família camponesa que trabalha em sua própria terra e o capital indica “que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1981, p. 175).

Um entendimento que aproxima o raciocínio nos autores acima citados em suas análises do campesinato brasileiro é que a relação entre a produção camponesa e a reprodução ampliada



do capital passa pela transferência de riqueza por meio da renda da terra. E que a renda da terra ou renda fundiária, no modo de produção capitalista, tem sua condição de existência na propriedade privada da terra.

A renda da terra ou renda territorial é uma parcela da riqueza gerada na produção agrícola que é apropriada pelos proprietários de terra. Essa apropriação ocorre em prejuízo dos trabalhadores rurais, que não se apropriam de uma parcela equivalente. Estes recebem pelo seu trabalho, por exemplo, o salário (relações capitalistas) ou o pagamento pela venda da produção camponesa (relações não capitalistas).

A renda da terra absoluta se baseia no princípio do monopólio da classe de proprietários de terra sobre o solo. Isso assegura a estes o direito de cobrar da sociedade um tributo pelo uso da terra. Assim a renda da terra, como renda absoluta, pressupõe a propriedade privada da terra e o monopólio sobre essa terra de um grupo restrito.

Em Moçambique, não há propriedade privada da terra, que pertence ao Estado. Os camponeses que nela vivem têm o direito de posse assegurado, mesmo não possuindo o DUAT (que é o caso da grande maioria). A terra é o meio fundamental pelo qual as populações tradicionais mantêm sua reprodução. Foi possível perceber que a terra camponesa é transmitida para filhos e sobrinhos segundo regras tradicionais da família estendida. Não há um mercado de terras e sua venda, quando praticada, é uma prática totalmente estranha aos processos tradicionais de transferência da terra. Desconsiderando casos de comercialização que não estão alinhados com a legislação nacional, a terra em Moçambique não tem valor de mercado e não é comercializada.

Essa situação concreta nos leva a complexidade que a análise do caso moçambicano traz ao utilizarmos autores inseridos no contexto agrário brasileiro, onde impera a propriedade privada da terra. Bem como nos leva a dificuldade de se aplicar o conceito abstrato de renda absoluta da terra para se compreender os processos de fomento. Frente a essa dificuldade, opta-se aqui em analisar a subordinação camponesa aos circuitos do capital presente nos processos de fomento.

Isso porque, por um lado, o entendimento da criação de valor nos processos de fomento deve estar vinculado do entendimento da realização desse mesmo valor nos circuitos de comercialização. Apesar de produção e comercialização serem etapas diferentes no processo

de reprodução ampliada do capital, o valor gerado e transferido pode ser compreendido a partir do olhar conjunto sobre essas duas etapas. Assim, a produção vinda do fomento, como tabaco, algodão, soja, milho, mandioca, será comercializada nos mercados por preços atrelados às cotações mundiais desses produtos.

Por outro lado, não podemos esquecer que a busca de terra moçambicana para produção comercial via fomento se insere num movimento global de produção de excedentes agrícolas. Por trás desse movimento estão investidores que buscam auferir lucro da produção que resulta de processos de fomento. Esses investidores se defrontam com um mundo em que predominantemente vigora a terra como mercadoria. A incursão dos investidores sobre terra moçambicana, ou sobre a produção camponesa via fomento, tem como motivação a busca do lucro. Se não forem maiores, são no mínimo iguais ao lucro obtido em locais onde vigora o mercado de terras. Esses dois olhares vêm dar mais complexidade ao debate sobre a renda da terra em Moçambique, debate este que pode ser desenvolvido futuramente.

#### **4.4 - A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NOS PROCESSOS DE FOMENTO**

No fomento, sendo uma relação não capitalista de produção, a renda da terra é do tipo não capitalista, renda camponesa, isto é, remuneração do seu trabalho contido no produto. SANTOS (1978) avança seu raciocínio sobre renda da terra mostrando que esta é resultado da transformação de excedente de valor contido na produção camponesa. Esse excedente de valor da produção camponesa é resultado do maior uso relativo de força de trabalho no processo de produção do campesinato em comparação com outros setores produtivos da sociedade. Como a produção camponesa, na qual enquadraremos os processos de fomento, usa mão de obra da família, o trabalho incorporado ao produto agrícola é maior de que em outros setores. O trabalho vivo que o camponês incorpora ao valor de sua produção representa mais valor que o preço social médio pago por essa produção. Isso porque esse preço social médio é estipulado no mercado por processos produtivos mais intensivos em maquinário, portanto, de maior composição orgânica de capital. Enquanto a produção capitalista de toda sociedade se realiza com mais trabalho morto, na produção camponesa predomina o trabalho vivo. Podemos depreender do raciocínio de SANTOS (1978) que há excedente de valor na produção camponesa sob processos de fomento devido ao predomínio do trabalho vivo em comparação com outros setores produtivos da sociedade.

Esse excedente de valor não é apropriado pelo camponês produtor devido a dois fatores. Primeiro, ele é um produtor simples de mercadoria, portanto, a remuneração obtida pelo seu produto será apenas aquela necessária a complementar os meios que garantam sua reprodução enquanto camponês. A expropriação do valor excedente produzido reduz o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física. O outro fator é exatamente o preço social médio que o camponês recebe pela sua produção que contém mais trabalho vivo, portanto, mais valor. Ao se posicionar junto a esse mercado capitalista com a venda de sua produção, o camponês o faz de forma subordinada e tem o valor excedente contido em sua produção expropriado.

São os camponeses que, como trabalhadores, produzem diretamente a mercadoria. No caso do fomento, eles convertem sua produção em mercadoria no momento de transferência do produto final ao agente fomentador, o capital comercial ou industrial. Uma particularidade dos processos de fomento é que a relação do camponês com esses agentes se inicia com a transferência de insumos para produzir. É nesse ponto que tem início a subordinação camponesa ao capital comercial e industrial.

Isso se evidencia não só no preço pago pela produção mais também em artimanhas que reduzem esse preço. No momento de comprar a produção, o agente promotor do fomento reduz ainda mais esse preço, alegando baixa qualidade do produto ou alto valor dos insumos produzidos. A figura do classificador, que dá o parecer sobre a qualidade do produto, está a serviço dos agentes de fomento. Ele age muitas vezes rebaixando a classificação da produção agrícola, o que impacta na redução do preço pago. Não há preços previamente combinados e, caso existam, não há mecanismos de garantia desses preços ao camponês. Estes ficam a mercê de quem se propôs a comprar sua produção. Não há contratos escritos nos arranjos de fomento, sendo essa uma reivindicação escutada de algumas lideranças camponesas.

O camponês moçambicano se insere no fomento (e tem aqui redefinida sua condição como camponês) ao trazer para dentro de sua machamba a produção de culturas fomentadas por agentes comerciais. É a partir desse momento que se dá a subordinação do camponês ao capital, “uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 1987, p. 13). E, sem que se dê sua proletarização, ocorre a subordinação da produção camponesa à totalidade capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, foi possível construir um entendimento das intenções do ProSAVANA que vão além de seus objetivos anunciados de transferência solidária de conhecimento agrícola. O Programa, quando olhado junto com outros projetos na região do Corredor de Nacala, evidencia um esforço de modernização das forças produtivas da região que é induzido por empresas estrangeiras com amplo apoio dos Estados, com destaque para o governo do Estado brasileiro.

A relação que é estabelecida entre os diversos empreendimentos que estão a ocorrer no Corredor de Nacala é determinada pela totalidade capitalista, que busca novas oportunidades de investimento para os capitais excedentes estrangeiros e locais. Essa busca não prescinde do poder do Estado, este também está envolvido com os projetos para satisfazer interesses próprios.

O Estado age promovendo investimentos para exploração dos recursos naturais em Moçambique. Há um claro alinhamento do governo moçambicano aos interesses da reprodução do capital, algo observado em várias ações, principalmente na concessão de direitos de exploração da terra e das reservas minerais para investidores. Soma-se a isso a atuação do governo brasileiro com o mesmo direcionamento para a acumulação, seja ao financiar a atividade de empresas brasileiras em Moçambique (Vale, Odebrecht, etc), seja desenvolvendo um programa que atraia investidores para a produção de commodities agrícolas (ProSAVANA). Nos projetos em curso no Corredor de Nacala, o Estado, não só moçambicano, tem papel importante na criação de monopólios para exploração da terra e de reservas minerais, o que mostra a convergência da ação estatal à interesses ligados à reprodução ampliada do capital.

A grande contestação que envolve o ProSAVANA, dentro e fora de Moçambique, gira em torno das pesquisas estrangeiras com sementes e insumos químicos, além do total descompasso do Plano Diretor com relação aos interesses dos camponeses da região. As pesquisas, destinadas a inserir no país fatores de produção (sementes melhoradas, insumos e máquinas) incompatíveis atualmente com a realidade agrária moçambicana, mais parecem se destinar a abrir um “novo campo” para as empresas comercializadoras desses fatores. Já o Plano Diretor e todo o discurso dos executores do Programa, o que inclui o governo moçambicano, se mostrou até o momento distante da participação e das necessidades

camponesas. A busca por excedentes exportáveis está subjacente ao Programa e pode ainda ser atestada na imensa procura por terra moçambicana por investidores externos.

A relação do ProSAVANA com os processos de fomento foi se intensificando durante o lançamento dos diversos documentos do Plano Diretor. Foi possível perceber uma evolução no discurso do Programa na direção de incentivar o fomento. Essa intensificação do discurso a favor do fomento coincidiu com o período que o Programa recebia suas maiores críticas. Seguramente o Programa optou por citar os arranjos de fomento nos seus discursos e documentos para oferecer uma possibilidade de inserção dos camponeses nos investimentos que chegassem à região do Corredor de Nacala e assim tentar conter as críticas.

O ProSAVANA atua estimulando esses processos, mas eles são protagonizados por investidores e capitais privados. São principalmente capitais externos, mas há também a presença de capitais nacionais incipientes, principalmente ligados à burocracia da FRELIMO, partido que está no poder desde a independência em 1975, e ao Estado. O ProSAVANA só vem atrair mais capitais para se valorizarem no país, como representantes do agronegócio brasileiro, o Fundo Nacala ou capitais interessados em produzir com as novas tecnologias.

A terra de propriedade do Estado, ao mesmo tempo em que pode representar uma negação ao processo da territorialidade capitalista, cria as condições para que relações não capitalistas se firmem no território, favorecendo a reprodução e recriação do camponês. No caso do ProSAVANA, são novas famílias camponesas que serão integradas ao mercado capitalista através de uma contradição à própria produção capitalista que são os processos de fomento. A terra estatal cria as condições ideais para os processos de fomento, que são usados pelo capital sem que seja necessário que este se aproprie da terra nem crie conflitos de terra ligados à usurpação e remoção de famílias.

A análise de um contexto agrário marcado pela existência do regime de terra estatal como em Moçambique e atrelado à expansão de investimentos estrangeiros na produção agrícola se mostrou de grande complexidade quando se tentou compreender a transferência de valor da produção camponesa através do conceito de renda da terra. Isso criou um impasse nesse trabalho sobre qual caminho teórico a seguir para entender o papel da renda da terra dentro do avanço do modo de produção capitalista no país. O uso de autores brasileiros que estudam a realidade camponesa no Brasil, onde a propriedade privada da terra impera, aguçou esse

impasse. Diante disso, em lugar de querer deslindar o papel da renda da terra nas relações de agricultura de fomento em Moçambique, pretendeu-se neste trabalho dar ênfase à análise da subordinação camponesa presente nessas relações e no envolvimento dos camponeses com uma dinâmica capitalista que extrapola suas machambas e as fronteiras de Moçambique.

A reprodução ampliada do capital cria relações não capitalistas de produção, dentro de um movimento combinado e contraditório. O campesinato é recriado ao se inserir na totalidade capitalista pelos processos de fomento. Essa inserção se dá preservando elementos do processo de trabalho camponês para a produção de valor ao mesmo tempo em que submete a família camponesa a relações não capitalistas de produção. Podemos apreender o campesinato envolvido com o fomento como uma relação não capitalista e que, entretanto, tem seu movimento de recriação ligado à dinâmica de reprodução do capital. Desse modo, olhamos para os processos de fomento como uma contradição ao processo de produção capitalista, por representar relações não assalariadas de produção. O desenvolvimento do capital em Moçambique se faz, portanto, com o uso de relações não capitalistas.

Com o fomento há a preservação da terra camponesa e estatal e a inserção do camponês em sistemas produtivos voltados para o mercado. Com o fomento, investidores nacionais e estrangeiros estimulam a produção agrícola sem se apropriarem diretamente da terra (concessão de DUAT) e sem estabelecer uma relação de trabalho com os camponeses. Além disso, o fomento é um arranjo produtivo melhor aceito nas entidades camponesas por representar uma oportunidade de geração de renda para o campesinato.

Condições específicas do desenvolvimento do capitalismo hoje no país por um lado restringem a luta contra o fomento e a subordinação camponesa subjacente a ele e, por outro lado, revestem esses processos com a imagem de integração vantajosa do camponês aos empreendimentos rurais. O ProSAVANA faz então uso dessa percepção dos processos de fomento para incentivar sua prática e promover investimentos que façam uso desse arranjo produtivo.

Mas há também conflitos em torno do fomento, como em relação aos preços pagos e ao estabelecimento de uma nova relação do camponês com a terra. Os fomentados também ameaçam processos tradicionais da reprodução camponesa ao assumirem o uso de sementes modificadas e abandono da machamba como terra para produção de alimentos.

O fomento remunera, para garantir um mínimo à reprodução camponesa, um pouco acima da sua produção para subsistência e do que os ganhos com o comércio informal da produção. Mas a subordinação camponesa, que se manifesta nos baixos preços pagos e nos descontos abusivos do valor dos insumos, proporciona uma remuneração mínima ao camponês, somente para garantir a sua precária reprodução. A luta tem se dado em torno dos contratos, nunca contra a existência dos processos. Inevitavelmente eles têm tido um papel na expansão da renda para os camponeses, mesmo que em percentagens pequenas.

Mesmo que as críticas aos processos de fomento encontrem pouco eco na sociedade moçambicana, o que está em jogo nessa relação não capitalista é a autonomia dos povos nativos de Moçambique. O abandono da machamba como meio tradicional de reprodução e a incorporação pelos camponeses de sementes e insumos externos através do fomento representam um ataque a essa autonomia. O camponês é recriado ao se inserir na reprodução ampliada do capital através do fomento mas o faz de uma forma precária e dependente, com perda de autonomia para se reproduzir através de suas práticas tradicionais.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **“(Re)Criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe”**. 1º impressão. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. 377p.

ALVES, V. E. L. A questão agrária brasileira e moçambicana: semelhanças e diferenciações. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 29 – Especial, pp. 57-74, 2011.

**CORREDOR DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE (CDN)** – Site da empresa gestora da ferrovia do Corredor de Nacala. Disponível em: <http://cdn.co.mz/>. Acessado em 15/10/2015.

EKMAN, S.M.S., MACAMO, C.S., (2014). **Brazilian Development Cooperation in Agriculture: A Scoping Study on ProSAVANA in Mozambique, with Implications for Forests**, Working Paper 138. CIFOR, Bogor. Consultado em: [http://www.cifor.org/publications/pdf\\_files/WPapers/WP138Ekman.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP138Ekman.pdf)

EMBRAPA - **Resumo Executivo do ProSAVANA** – TEC, 2011, consultado em <http://www.pnud.org.br/>, em 05/11/2012

ENGELS, Friedrich. **“Do socialismo utópico ao socialismo científico”**. Tradução Roberto Goldkorn. 4º ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

FRY, Peter (org.). **Moçambique Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

HANLON, J. e SMART, T. (2013). **Galinhas e cerveja: uma receita para o crescimento**. Relatório de Pesquisa 3. Consultado no dia 20/12/2014 em: [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Galinhas\\_e\\_cerveja-Nampula\\_Hanlon-Smart\\_rev.pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Galinhas_e_cerveja-Nampula_Hanlon-Smart_rev.pdf)

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e Campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: \_\_\_\_\_ PAULINO, Eliane Tomiasi FABRINI, João Edmilson; (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 49-78.



MARQUES, M. I. M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 153 p

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique : ideologias e políticas**. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA) / Universidade de Lisboa. : Documentos de Trabalho n°127, 2014 (a). Consultado no dia 01/06/2016 em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers/334>.

MOSCA, João. **ProSAVANA**. Observatório do Meio Rural: Destaque Rural n°5, Agosto de 2014 (b).

NINO, Helena Perez. **“O crescimento da cultura do tabaco em Moçambique: questões e desafios para um setor em transformação”**. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo, 2014

NOGUEIRA, Isabela e OLLINAHO, Ossi (2013) **“From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program”**, Working Paper, Institute of Socioeconomics, University of Geneva. Consultado em: [http://www.unige.ch/ses/socioeco/institut/postdoc/Nogueira/NOGUEIRA\\_OLLINAHO\\_WorkingPaper\\_NACALA\\_CORRIDOR.pdf](http://www.unige.ch/ses/socioeco/institut/postdoc/Nogueira/NOGUEIRA_OLLINAHO_WorkingPaper_NACALA_CORRIDOR.pdf)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996 (2° edição).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ed. Ática, 1987 (2° edição).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (2004) “**Geografia Agrária: perspectivas no início do Século**” XXI. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M. (Org.). O Campo no Século XXI. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p. 29-70.

**PROSAVANA MEMORANDO DE ENTENDIMENTO** – Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique. Documento assinado em 17/9/2009 em Maputo. Consulta no site da JICA em 15/10/12:

[www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf](http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf)

**PROSAVANA MASTER PLAN** – Plano Diretor, Master Plan. Vazado na Internet, Disponível em: <http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-ProSAVANA-master-plan-confirms-worst-fears>, Acesso em: 5 jun. de 2013.

**PROSAVANA NOTA CONCEITUAL 1.** Elaboração do Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala - CONCEPT NOTE. Documento divulgado pelas instituições executoras do ProSAVANA para discussão e aprovação do Plano Diretor, 2013. Acessado em: [www.ProSAVANA.org.mz](http://www.ProSAVANA.org.mz) em 10/10/2013.

**PROSAVANA NOTA CONCEITUAL 2.** Formulação do Plano Director de Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala: Comentários obtidos nas reuniões sobre a Nota Conceitual e Correspondência. Documento acessado junto a Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil , no dia 15/4/2014, em Nampula.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Administração Nacional de Estradas (ANE)** – Mapas Rodoviários. Direção de Planificação - Departamento de Gestão da Rede. Maputo, Março de 2012 -. Consultado em <http://ane.gov.mz/> em 21/3/2014.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Instituto Nacional de Estatística – Censo Agropecuário.** 2010

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura. **Quadros IAI\_2012.xls:** dados do Inquérito Agrícola Integrado. Maputo, 2012. Arquivo transferido em 2 de abril de 2014 por técnicos da Direção Nacional de Economia/MINAG.

SALIM, C. A. (1986). As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, **Caderno de Difusão Tecnológica**, v. 3, n. 2, maio/ago 1986, p. 297-342

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J. **O cerrado brasileiro: notas para estudo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010 (Texto para discussão).

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África**. O caso do ProSAVANA em Moçambique. FASE, 2013.

SHANIN, Teodor, **A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista**, in Cadernos Cebrap, São Paulo, 1980.

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: \_\_\_\_\_ PAULINO, Eliane Tomiasi FABRINI, João Edmilson; (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, C.A da. **The growing role of contract farming in agri-food systems development: drivers, theory and practice**. Paper preparado para: Asian Productivity Organization Meeting on Sustainable Contract Farming for Increased Competitiveness, Colombo, Sri Lanka, Julho de 2005.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

## ANEXOS

Anexo 1: Relação das entrevistas realizadas no trabalho de campo em Moçambique

<b>DATA</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>CIDADE</b>	<b>TIPO DE ORGANIZAÇÃO</b>
06/fev	Justiça Ambiental	Maputo	ONG
10/fev	EMBRAPA	Maputo	ProSAVANA
14/fev	Millennium Challenge Account (MCA)	Maputo	ONG
17/fev	GAPI/IKURU	Maputo	Empresa
18/fev	Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	Maputo	Universidade
25/fev	União Nacional dos Camponeses (UNAC)	Maputo	ONG
26/fev	Instituto Nacional de Irrigação – Ministério da Agricultura (MINAG)	Maputo	Governo
07/mar	Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE	Maputo	Instituto de pesquisa
10/mar	Ministério da Planificação e Desenvolvimento	Maputo	Governo
13/mar	Direção Nacional de Serviços Agrários (DNSA) – MINAG	Maputo	Governo
18/mar	Departamento de Sementes - DNSA/MINAG	Maputo	Governo
21/mar	Ministério dos Transportes e Comunicação	Maputo	Governo
26/mar	Sindicalistas Independentes	Maputo	ONG
28/mar	Comitê Gestor - ProSAVANA	Maputo	ProSAVANA
01/abr	Direção Nacional de Extensão Agrária – (DNEA) – MINAG	Maputo	Governo

02/abr	Direção Nacional de Economia – MINAG	Maputo	Governo
05/abr	Abel Lucas - Morador de Lichinga e camponês	Lichinga	ONG
09/abr	EMBRAPA	Lichinga	ProSAVANA
10/abr	Rede das Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - ROADS	Lichinga	ONG
10/abr	Direção Provincial de Agricultura – Niassa	Lichinga	Governo
11/abr	KPMG / Instituto de Terras Comunitárias	Lichinga	ONG
12/abr	União Provincial dos Camponeses (UPC) – Província do Niassa	Cuamba	ONG
15/abr	Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC)	Nampula	ONG
15/abr	EMBRAPA	Nampula	ProSAVANA
16/abr	União Provincial dos Camponeses – Província de Nampula	Nampula	ONG
17/abr	Associação Extensão Nacional Agrária	Nampula	ONG
17/abr	Leigos Missionários Combonianos (LMC)	Carapira	ONG
19/abr	Comissão de Justiça e Paz - Diocese São João Batista	Nacala	ONG
25/abr	Observatório do Meio Rural (OMR)	Maputo	Universidade
02/mai	Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE	Maputo	Instituto de pesquisa